



X

Universidade de Brasília
Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SITE DA FE/UNB POR UM
ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

GUILHERME DA SILVA BITENCOURT

BRASÍLIA/2022



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação – FE

GUILHERME DA SILVA BITENCOURT

**AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SITE DA FE/UNB POR UM
ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como exigência final para obtenção do título de Pedagogo.

Orientadora: Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo

BRASÍLIA/2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ba Bitencourt, Guilherme da Silva
AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SITE DA FE/UNB POR UM
ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL / Guilherme da Silva
Bitencourt; orientador Sinara Pollom Zardo. -- Brasília,
2022.
80 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. Acessibilidade Web. 2. Pessoas com Deficiência. 3.
Deficiência Visual . 4. Faculdade de Educação/Universidade
de Brasília. 5. WCAG. I. Zardo, Sinara Pollom, orient. II.
Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME DA SILVA BITENCOURT

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SITE DA FE/UNB POR UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Pedagogo.

Apresentação ocorrida em ___/___/___.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Dra. Sinara Pollom Zardo (Orientadora)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

BRASÍLIA/2021

DEDICATÓRIA

A todos que precisam lidar diariamente e que lutam pela eliminação de barreiras impostas pela sociedade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu núcleo familiar em que minha mãe desde sempre auxiliou em acreditar em meus objetivos e minha avó que proporcionou as oportunidades para eu chegar até aqui, agradeço as companhias que tornaram essa etapa do ensino superior um período de transformações sem precedentes na minha vida, como a professora Cleonice que no fim de uma aula do período noturno me ajudou a entender que sou uma pessoa com deficiência e também possibilitou que eu conhecesse uma das mais importantes figuras da minha trajetória, a professora Sinara, que não só me proporcionou processos de aprendizados que mudaram minha perspectiva de indivíduo na sociedade, como se mostrou uma grande companheira de trabalho e uma grande amiga que esteve comigo em incontáveis situações definidoras da minha vida ao longo desses anos de formação.

Agradeço a todos os que frequentaram e integraram ou integram a equipe do Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual (LDV) e a Diretoria de Acessibilidade, conhecida antes como Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE), espaços de transformação dentro da Faculdade de Educação e Universidade de Brasília, cada um desses indivíduos que troquei conversas e experiências têm grande importância pra mim, pois sei que juntos fomos capazes de lutar por uma sociedade mais inclusiva, com o esforço, criatividade, organização e resiliência que nunca havia encontrado antes e que trago até hoje como pilares para qualquer projeto que me aventuro a fazer a favor dessa causa que está diretamente ligada a minha existência.

Agradeço aos meus amigos, Jhonny, Vinicius e Allan que são companheiros de sonho e comigo tornaram belos e suportáveis até os dias mais difíceis, juntos conquistamos mais do que qualquer um de nós poderia conceber sozinho. Gostaria de agradecer os almoços com menina Débora e sua companhia nos almoços no Restaurante Universitário, quintas feiras e por ter proporcionado o encontro que tive com uma das maiores companhias para todos os momentos desses últimos anos, Millena, juntos nós fomos capazes de mostrar um para o outro que somos merecedores de respeito, dignidade e carinho, que para alcançar sonhos de uma vida inteira basta só uma pessoa acreditar, com você alcancei mais do que seria capaz de descrever com palavras e sei que somos capazes de alcançar muito, por isso tenho tanto a agradecer, todos os momentos que me deu apoio para continuar escrevendo ou para acreditar que conseguiria terminar esse trabalho.

RESUMO

Esse trabalho teve como intuito analisar a acessibilidade do Portal da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília a partir da perspectiva de um pesquisador com deficiência visual e com base em princípios e diretrizes que orientam e direcionam os ambientes digitais para uma realidade mais inclusiva. A pesquisa se desenvolveu a partir do questionamento de como o *site* da FE se constitui em termos de acessibilidade. O objetivo geral foi de elaborar um parecer técnico a respeito da acessibilidade do *site* da FE e os objetivos específicos foram: dividir em categorias os *links* do portal com estruturas semelhantes, fazer uma análise detalhada a respeito da navegabilidade entre as páginas, utilizar validadores automáticos para encontrar aspectos em conformidade ou inconformidade com o WCAG 2.1. Como resultado foi proposta uma lista com sugestões para tornar o portal mais acessível.

Palavras-Chave: Acessibilidade Web. Pessoas com Deficiência. Deficiência Visual. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. WCAG.

Abstract

This work aimed to analyze the accessibility of the Education College website of the University of Brasília from the perspective of a visually impaired researcher and based on principles and guidelines that guide and direct digital environments towards a more inclusive reality. The question that guided this work was how the Education College website is constituted in terms of accessibility. The main objective was to elaborate a technical report regarding the accessibility of the Education College website and the specific objectives were: to define in groups links with similar structures and break them into categories, to make a detailed analysis regarding navigation between links and submit the website links to automatic validation softwares based on the WCAG 2.1. As a result, a checklist was suggested to improve the Education College website accessibility.

Keywords: Web Accessibility. disabled people. Visual impairment. Education College. University of Brasília. WCAG.

LISTA DE SIGLAS

CCPG - Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação

CE - Colegiado de Extensão

CG - Coordenação de Graduação

CEBRASPE - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CEDUC - Centro de Documentação e Memória

CEXT - Coordenação de Extensão

CNE/CP - Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

CPG - Comissão de Pós-Graduação

CPPG - Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação

CPPG - MP - Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação na modalidade Mestrado Profissional

CSS - *Cascading Style Sheets*

DACES - Diretoria de Acessibilidade

DU - Desenho Universal

DUA - Desenho Universal para Aprendizagem

FAP - Fundação de Apoio à Pesquisa

FE - Faculdade de Educação

HTML - *HyperText Markup Language*

ILB - Instituto Legislativo Brasileiro

Lábex-Libras - Laboratório de Escolarização de Surdos e Libras

LBI - Lei Brasileira de inclusão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases para Educação Brasileira

LDV - Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual

MOOC - *Massive Open Online Course*

MTC - Departamento de Métodos e Técnicas

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NVDA - *NonVisual Desktop Access*

ONU - Organização das Nações Unidas

PACs - Projetos de Ação Contínua

PAD - Departamento de Planejamento e Administrativas

PPNE - Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais

SEED - Serviço de Ensino à Distância

SEDF - Secretaria de Educação do Distrito Federal

PGE - Políticas Públicas e Gestão da Educação

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PPPC - Projeto Político Pedagógico de Curso

TEF - Departamento de Teoria e Fundamentos

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URL - *Uniform Resource Locator*

Usaid - *United States Agency for International Development*

W3C - *World Wide Web Consortium*

WAVE - *Web Accessibility Evaluation Tool*

WCAG - *Web Content Accessibility Guidelines*

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 - Produção do conhecimento sobre acessibilidade *web* - Plataforma Educ@

Tabela 2 - Avaliação *Access Monitor* Página Inicial

Tabela 3 - Avaliação *Access Monitor* Pós-Graduação Profissional

Tabela 4 - Avaliação *Access Monitor* Extensão/Editais e Chamadas Publicadas

Tabela 5 - Avaliação *Access Monitor* Institucional/Contatos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 2 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 3 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 4 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 5 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 6 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 7 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 8 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1
- Figura 9 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 2
- Figura 10 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 2
- Figura 11 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 2
- Figura 12 - Captura da tela do Portal da FE referente ao *link* Pós-Graduação Profissional
- Figura 13 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 2
- Figura 14 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 3
- Figura 15 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 3
- Figura 16 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 3
- Figura 17 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 4
- Figura 18 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 4
- Figura 19 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 4

SUMÁRIO

PARTE I	13
MEMORIAL	14
PARTE II	20
INTRODUÇÃO	21
1. DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE WEB	27
2. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	33
3. AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SITE DA FE/UNB POR UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
PARTE III	71
PERSPECTIVAS FUTURAS	72
REFERÊNCIAS	73

PARTE I

MEMORIAL

Antes de iniciar este relato agradeço pela atenção e espero que as experiências e significados que serão apresentados ajudem a compreender meus princípios éticos e os motivos pelos quais persisto nessa área de estudo. Sou fruto da contemporaneidade e do urbano, já que desde cedo dependo dos luxos trazidos pela vida em sociedade, nasci de parto cesariano, uso óculos desde os nove meses de idade e vivi intensamente a transição entre horas assistidas de um canal de TV para horas assistidas de um canal de *YouTube*.

As memórias mais antigas que tenho estão envolvidas por esse sentimento de admiração pela novidade e pelo diferente, como meu primeiro dia de aula na pré-escola. Na verdade, antes de eu estar matriculado, minha mãe me levou para conhecer uma instituição e, após conhecermos o espaço, surgiu a oportunidade de eu ficar lá por algumas horas. Quando ela voltou eu não queria mais ir embora, pois naquele dia meu mundo se expandiu de uma forma inimaginável para quem só conviveu com a família até então.

Ao longo dos anos continuei com essa curiosidade como uma importante característica, porém a escola gradativamente foi limitando esse potencial criativo na minha concepção da época. Uma crescente necessidade de adequação começou a incomodar, precisava copiar do quadro, ler textos em voz alta e jogar bola na educação física, independente de estar confortável com isso. Essas barreiras cresciam em relevância a cada ano que passava do ensino fundamental 1, com consequências no aprendizado, na socialização e principalmente na autoconfiança.

O fato é que sempre fui uma pessoa com baixa visão e apesar de seguir várias orientações médicas, como sentar colado no quadro para copiar, fazer uso de plano inclinado e lupas, eu não sabia que “ter um problema de vista” significava ter deficiência, não conhecia as reais implicações que isso tinha na minha vida e principalmente não entendia o que é um recurso de acessibilidade e nem que esses recursos tinham o potencial de tornar possível e até confortável executar as atividades que eu sofria por não fazer como esperavam de mim.

A chegada ao ensino fundamental 2 veio com uma mudança significativa na minha percepção sobre o ensino aprendizagem. Tive a oportunidade de praticar judô, apesar da resistência da família, comecei as aulas e percebi que lá eu não tinha tanta dificuldade de executar as tarefas, corria, caía e levantava como todos os colegas e não era tratado com excesso de cuidado. Continuei por anos e nesse período tive oportunidade não só de aprender,

mas de ensinar os estudantes novatos, pensar com cuidado como explicar, tirar dúvidas e compartilhar experiências me fez repensar os meus estudos regulares e também passei a vislumbrar a docência como um ofício interessante.

Em paralelo ao judô e consciente de que aprender podia ser uma experiência agradável, na escola eu passei a buscar alternativas para lidar com as barreiras do cotidiano. Percebi que as partes expositivas das aulas muitas vezes eram suficientes para me apropriar de um conteúdo e que tentar tirar dúvidas com colegas de uma forma descontraída ajudaria a entender a matéria e a socializar. No campo conceitual essa estratégia funcionou, porém aspectos visuais das disciplinas ficaram prejudicados, como a parte prática de cálculos, interpretação de gráficos, tabelas, mapas e a grafia de muitas palavras.

Foi no fim do ensino fundamental 2 e ao longo do ensino médio que me deparei com mais uma epifania epistemológica, pois descobri a música e o potencial pedagógico da internet. No nono ano passei a me dedicar com seriedade, fiz alguns meses de aula e percebi dificuldades parecidas com as da escola, colocando em questionamento minha vontade de tocar. Porém em casa continuei com vontade de aprender, reproduzir e criar dentro da linguagem musical, foi assim que descobri as videoaulas no *Youtube*, horas e horas de conteúdo sem continuidade ou progressão definidas, o que me permitiu costurar o aprendizado online com a interação com outros músicos em uma série de tentativas e erros.

Já no ensino médio comecei a testar uma junção do que vinha aprendendo, prestar atenção na parte expositiva da aula, abandonar em grande parte a cópia do quadro, com a alternativa de eu mesmo elaborar meus resumos enquanto ouvia a explicação, tirar dúvidas com amigos e se nada disso funcionasse, buscar videoaulas, tudo que sei de física do ensino médio aprendi no canal do *Telecurso 2000* no *Youtube*. As lacunas do ensino fundamental refletiram nesse período, eu entendia o processo de resolver um exercício, porém não conseguia representar com números, por exemplo já respondi provas de geometria inteiras de forma discursiva.

Com o fim do ensino médio, minhas únicas certezas sobre a faculdade é que precisava envolver licenciatura e ser um curso noturno. Em conversas para decidir ouvi que algumas licenciaturas focam pouco tempo em disciplinas sobre didática e assuntos relacionados à docência em geral e se era isso que eu buscava, deveria cursar pedagogia. Então no segundo semestre de 2016 entrei na UnB sem muita noção do que esperar do curso e um tanto perdido em meio às disciplinas.

No semestre que ingressei aconteceu uma greve, que foi essencial para eu repensar as formas de estudo, não existiam muitos audiolivros ou vídeo aulas específicos de pedagogia na internet. Busquei diferentes formas de resolver esse problema, pedindo que amigos lessem e me enviassem a gravação, colocava trechos no *Google Tradutor* e passar sem aulas presenciais possibilitou fazer todos esses testes e perceber que dessa forma não conseguiria terminar o curso.

Até o segundo semestre desenvolvi uma metodologia de estudo aceitável, com a descoberta dos *softwares TTS*, mais especificamente um chamado *Dspeech*, com ele eu conseguia converter arquivos de texto em áudio. Isso resolveu parte dos problemas apesar de eu ainda sofrer com pdfs imagem. Foi nesse período também que cursei a disciplina O Educando com Necessidades Educacionais Especiais e fiz um trabalho sobre deficiência visual e só por isso descobri que sou um indivíduo com baixa visão.

Meu grupo foi orientado a visitar o Laboratório de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual (LDV) da Faculdade de Educação (FE) para elaborar o trabalho sobre deficiência visual e lá conheci a coordenadora do projeto, professora Sinara. Ela me convidou para voltar lá e aprofundarmos a conversa, e a partir disso uma importante parceria começou a se estabelecer.

No semestre seguinte passei a integrar a equipe do laboratório, participei de inúmeras formações para auxiliar na produção de material informacional acessível, participei de um minicurso de iniciação ao sistema Braille realizado em uma semana universitária com uma professora vinda do Instituto Benjamin Constant. Segui com a formação realizada pela própria equipe do LDV sobre a adaptação de materiais que incluía na época, a adequação do texto para leitores de tela, impressão em Braille, ampliação e audiodescrição, além da experiência adquirida na interação com os estudantes que passavam por lá.

Familiarizado com a equipe e dinâmica do laboratório, pude colaborar com a escrita de um trabalho a respeito da inclusão dos estudantes com deficiência visual na UnB publicado no X Encontro ANDHEP (Direitos Humanos em Movimento: avanços e retrocessos nos 30 anos da Constituição Cidadã e 70 anos da Declaração Universal¹). Também tive meu primeiro contato com projeto de pesquisa que visava estudar a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino médio do Distrito Federal e era apoiado pela FAP/DF por meio de bolsa de iniciação científica, nesse período comecei repensar meus conceitos sobre acessibilidade e inclusão a partir do contato teórico e metodológico que eu estava começando a ter.

No período de execução do primeiro estágio obrigatório que realizei no LDV, organizamos um grupo de trabalho com outra estagiária de pedagogia e um colega bolsista para implementar o áudio como possibilidade de formato oferecido pelo laboratório. Esse processo consistiu na estruturação de um fluxo de trabalho sustentável que pudesse entregar os textos das disciplinas convertidos em áudio por meio do *software TTS* para estudantes com deficiência visual pouco familiarizados ou não usuários de *softwares* leitores de tela. Foi um desafio tentar desenvolver uma dinâmica rápida que entregasse os textos com tempo hábil para leitura/escuta e que fosse facilmente ensinado para que futuros bolsistas seguissem o trabalho de forma independente, mas a experiência de gestão da oferta do áudio me ensinou bastante sobre como articular relações humanas com a oferta de material informacional, após esse período ministrei cursos a todos os novos bolsistas do LDV com o intuito de consolidar essa oferta.

No segundo estágio obrigatório pude participar do trabalho de articulação entre o LDV e o PPNE que atualmente se configura como Diretoria de Acessibilidade (DACES) e lá pude aprender sobre processo de inclusão em uma perspectiva ampla, já que o PPNE apoiava estudantes de toda a UnB. Particpei de uma edição do projeto PPNE vai à escola, em que conversamos com estudantes de uma escola de ensino médio do Paranoá sobre ingressar na universidade e como a inclusão e a acessibilidade faziam parte desse processo. Auxiliei na organização da abertura do VI Fórum de Avaliação Institucional da UnB em que nós como estudantes com deficiência apresentamos algumas músicas que representavam simbolicamente a nossa presença no espaço acadêmico e não só nas aulas.

O processo de expandir os ambientes de discussão além da UnB continuou quando estive presente no evento *Microsoft - Acessibilidade no ambiente de trabalho moderno* para conhecer os recursos de acessibilidade presentes no *Office 365*, as concepções da empresa ¹ sobre inclusão e como isso poderia acrescentar no trabalho da Universidade como um todo.² Ainda nesse semestre participei de importantes reuniões, como a reunião de *design* da nova logo do PPNE, reunião de proposta de trabalho em conjunto com o Cebraspe e a reunião que

¹ SOUZA R. A. ; ZARDO, S. P. ; ALENCAR, L. C. ; JESUS, L. S. ; BITENCOURT, G. S. Acessibilidade e Direitos Humanos: A Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual na Universidade de Brasília. In: ANDHEP, 10. 2018 Piauí. Anais eletrônicos [...] Piauí: UESPI , 2018. p. 37 - 50.

² BITENCOURT, G. S; SOUZA, R. A..”Perspectiva dos Estudantes com Deficiência Visual do Ensino Médio do Distrito Federal Sobre Recursos e Serviços de Acessibilidade”. In: Inclusão escolar de jovens com deficiência visual no ensino médio do Distrito Federal. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 129 - 150.

tinha objetivo de revisar a resolução do Programa de Tutoria Especializada, além disso ajudei a produzir um curta documentário a respeito do trabalho do LDV, apresentado como trabalho final na disciplina Linguagens da Comunicação 1 da Faculdade de Comunicação da UnB (FAC). Participar de cada um desses espaços de discussão contribuiu para a maneira que direciono meu trabalho aos mais diversos ambientes físicos ou digitais.

Em outubro de 2019 iniciei um estágio no Senado Federal, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) na Coordenação de Capacitação, treinamento e Ensino (COTREN), no Serviço de Ensino à Distância, onde fiquei encarregado de analisar e sugerir melhorias na acessibilidade dos cursos à distância e adaptar os materiais desses cursos, meu trabalho não se limitava aos cursos, mas na tentativa de revisar alguns preconceitos presentes na cultura organizacional que representavam barreiras para aplicar certos recursos de acessibilidade. Na rotina de trabalho conheci um diretor de cinema que me convidou para fazer audiodescrição de um filme que seria exibido no festival internacional É Tudo Verdade, como algum tempo atrás havia participado de uma formação sobre esse assunto pelo IFB, chamei uma parceira de trabalho e fizemos a audiodescrição do longa metragem que foi exibido por *streaming* em 2020.

Ainda em 2020 surgiu a oportunidade de contribuir em um relato de experiência submetido e aprovado pela Revista Recite³: Apoio Especializado para estudantes com deficiência visual em tempos de pandemia, que apresentou o plano de trabalho desenvolvido para continuidade do apoio e produção de materiais informacionais acessíveis direcionados para os frequentadores do Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual no contexto da pandemia de Covid-19, com o intuito de garantir que a transição das disciplinas para o ensino remoto não prejudicasse a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência dos estudantes.

Nesse ano também chegou ao fim o projeto de pesquisa apoiado pela FAP/DF e como resultado da pesquisa foi elaborado o livro Inclusão escolar de jovens com deficiência visual no ensino médio do Distrito Federal que em parceria com uma colega de trabalho do LDV elaboramos um capítulo focado na perspectiva dos estudantes com deficiência visual sobre os recursos e serviços de acessibilidade. A escrita desse capítulo² foi resultado do processo de

³ ZARDO, S. P. ; GUIMARÃES, A. S. ; OCTACÍLIO, M. C. V. ; MOTA, A. M. C. ; GOMES, C. A. L. ; BITENCOURT, G. S. Apoio Especializado para estudantes com deficiência visual em tempos de pandemia. In: Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação (online). Rio de Janeiro: 2020, v.5, n.especial, p. 110 - 112.

apropriação teórica a respeito do que é uma pesquisa qualitativa reconstrutiva, aprender a elaborar um roteiro de entrevista narrativa, como aplicar esse roteiro com um estudante com deficiência visual, em seguida como codificar a transcrição do que foi dito, elaborar tabelas temáticas e tentar interpretar essas informações com base em leituras relacionadas aos temas. Essa jornada proporcionou que eu percebesse minha trajetória por um novo panorama e até hoje busco me aprofundar mais na busca de compreender problemas sociais e buscar melhorias.

Com os estudos já na modalidade remota, me foi apresentada uma possibilidade de convergência entre minha forma de estudo e o trabalho com acessibilidade, quando a professora Sinara e eu elaboramos um parecer técnico a respeito do site do Cebraspe. Ao longo desse processo descobri toda uma linha de estudo focada em acessibilidade na Web e ao perceber a necessidade de avançar e difundir esses estudos busquei aproveitar oportunidades que apareciam na área, como a avaliação da acessibilidade de uma exposição online da Faculdade de Museologia da UnB e Portal da UnB que está em processo de melhoria da acessibilidade com apoio da DACES⁴. No contexto da pandemia do Covid-19, que acarretou no ensino remoto e tornou essencial o uso da internet para o aprendizado e a possibilidade de indivíduos com ou sem deficiência navegarem com menos dificuldades na internet, acredito que esse trabalho se faz necessário.

⁴ Informações complementares poderão ser obtidas em: <https://noticias.unb.br/117-pesquisa/5406-relatorio-indica-alteracoes-para-promover-melhoria-de-acessibilidade-no-portal-da-unb>

PARTE II

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro, ao ratificar o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas no plano jurídico externo a partir do decreto 186/2008 e interno com o decreto nº 6949/2009, apresenta um importante avanço para adotar o modelo social de deficiência como concepção oficial do Estado, que coloca a deficiência como um conceito em evolução e que existe a partir da interação das pessoas com deficiência e barreiras impostas por atitudes e ambientes sociais que ocasionam prejuízo na plena participação dessas pessoas na sociedade. Partir dessa concepção de deficiência implicou no entendimento de que o Estado e a sociedade como um todo precisam se tornar acessíveis para incluir as pessoas de forma equitativa, ao contrário do modelo médico que coloca a deficiência como um impedimento do indivíduo e ele que se adequa ao padrão vigente.

Um dos fatores que viabilizam a adequação da sociedade aos indivíduos com deficiência é a aplicação do desenho universal, que se define por um conjunto de estratégias que leva em consideração a mais ampla e diversa parcela de indivíduos possível para desenvolver uma obra, serviço ou produto, físico ou digital. Essa prática não exclui o uso dos recursos de acessibilidade, pois é impossível contemplar por inteiro a diversidade humana em um só projeto. Na obra *Universal Design for Learning: Theory and Practice* (2014), os autores Meyer, Rose e Gordon afirmam que a aplicação do desenho universal pode se comparar às diferentes rotas oferecidas por um GPS ao usuário, que apesar de diferentes levam ao mesmo destino.

Com o passar dos anos, ambientes virtuais se tornam gradativamente mais comuns no cotidiano da saúde, educação e lazer, por isso também precisam ser entendidos como espaços de direito das pessoas com deficiência. Esse pressuposto se traduziu no âmbito legislativo de forma específica na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída em julho de 2015, que apresenta o conceito de desenho universal aplicado ao contexto do acesso a internet, como o artigo 63 descreve:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa

com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (Art 63, 2015).

Uma referência importante para acessibilidade na *web* é o Consórcio internacional *World Wide Web* que trabalha com objetivo de fazer a internet alcançar todo seu potencial, para isso são desenvolvidos protocolos e diretrizes. Um dos documentos produzidos pelo Consórcio contém as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web* (WCAG), que já possui tradução em português do Brasil até a versão 2.1, organizadas em quatro princípios que um site deve se adequar. Um site deve ser Perceptível, Operável, Compreensível e Robusto, porém o documento também destaca que mesmo a adequação a todos esses princípios não resultará em uma página acessível para todos.

A temática desse trabalho se justifica a partir da disparidade percebida entre os marcos legislativos e a grande parte dos sites hospedados na internet brasileira que não seguem diretrizes básicas de acessibilidade na *web*. Um levantamento a respeito da produção de artigos relacionados a essa temática foi realizado na plataforma Educ@ da Fundação Carlos Chagas. A escolha dessa plataforma se deu por reunir os principais periódicos da área da educação e a preferência por artigos se deu por terem maior circulação se comparados a teses e dissertações. A pesquisa foi realizada com o uso dos descritores “acessibilidade” AND “web”. Onze artigos foram encontrados como resultado da busca, publicados no período entre 2009 e 2019, porém apenas três apresentaram relação direta com o tema do trabalho.

Tabela 1 - Produção do conhecimento sobre acessibilidade *web* - Plataforma Educ@

Produção	Periódico/Revista	Ano
Limitações da Avaliação Automatizada de Acessibilidade em uma Plataforma de MOOCs: Estudo de Caso de uma Plataforma Brasileira	Revista Brasileira de Educação Especial	2019
A audiodescrição e a mediação teatral: a palavra e o jogo dialogando com a cena.	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade	2018
Da “janelinha” para o “janelão”: a relevância de conteúdos qualificados para a educação permanente pelos surdos e sua	Revista Diálogo Educacional	2018

inclusão transformadora.		
A equidade da formação docente na modalidade a distância	Revista Educação - Porto Alegre	2017
A produção do texto acadêmico na universidade: o blog Texto científico em ação	Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB	2016
O elefante na sala de aula: usos de sites nos livros didáticos de História do PNLD 2012.	Perspectiva	2014
Recomendações da Wcag 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da Web	Revista Brasileira de Educação Especial	2013
Eduquito: ferramentas de autoria e de colaboração acessíveis na perspectiva da web 2.0	Revista Brasileira de Educação Especial	2012
Evaluation of the quality of Science Education programmes that use Web 2.0 tools: an Anglo-Portuguese Research Project	Educação, Formação e Tecnologias	2011
Estratégias para um ensino online mais inclusivo: sons e imagens para todos?	Educação, Formação e Tecnologias	2009
Produção de multimídia e acessibilidade em cursos de aprendizagem a distância	ETD Educação Temática Digital	2009

Fonte: Plataforma Educ@ (2022)

O primeiro artigo publicado em 2017 na revista Educação da PUC-RS por Lucila Maria Costi Santarosa e Debora Conforto tem como objetivo problematizar os desafios que estudantes com deficiência enfrentam no contexto da formação à distância e adequar essa modalidade de ensino a parâmetros mais inclusivos, a partir da análise de um curso a distância de formação docente.

Entre os resultados do trabalho, as autoras destacam o desenvolvimento de uma plataforma digital acessível chamada PLACE. A contribuição desse artigo está vinculada ao processo de pesquisa para o desenvolvimento da plataforma que se baseou nas diretrizes propostas pelo W3C e a partir disso foram especificados requisitos para avaliação da acessibilidade de uma plataforma de ensino digital, com o uso de validadores automáticos e

avaliação manual com o apoio de pessoas com deficiência, essa que é colocada como a mais importante forma de validação.

O segundo artigo, *Limitações da Avaliação Automatizada de Acessibilidade em uma Plataforma de MOOCS: Estudo de Caso de uma Plataforma Brasileira*, publicado na Revista Brasileira de Educação Especial em 2019, escrito por Napoliana Souza, Eduardo Cardoso e Gabriela Trindade Perry na área da educação e informática, traz um relato de pesquisa a respeito da análise da acessibilidade de uma plataforma de MOOCS - *Massive Open Online Courses*, com o uso de validadores automáticos.

Entre as contribuições que o artigo trouxe para essa pesquisa destacam-se a reafirmação do caráter essencial do aspecto qualitativo no processo de avaliação de uma plataforma digital, o que demanda dos autores a enumeração de uma série de limitações apresentadas por validadores automáticos e a sugestão de que links com a mesma estrutura semântica podem ser agrupados para uma validação automática mais eficiente. Porém é necessário cautela para não interpretar essa afirmação como a abertura de precedente para avaliação somente da página inicial de um *site*.

O terceiro artigo também foi publicado na Revista Brasileira de Educação Especial, em 2013, na área da educação e tecnologia da informação, com o título *Recomendações da Wcag 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da Web*, escrito por Carla da Silva Flor, Tarcisio Vanzin e Vânia Ulbricht. O texto discute a comunicação de surdos a partir dos padrões de acessibilidade na *web*, é feita uma contextualização a respeito da história dos processos de educação dos surdos, bilinguismo, identidades surdas e a WCAG 2.0.

A partir do contexto é feita uma pesquisa bibliográfica a respeito das diretrizes de acessibilidade diretamente relacionados à linguagem na surdez na WCAG 2.0, Concluiu-se que o documento parece não considerar LIBRAS como língua materna dos surdos, por ser citada em apenas um entre seis critérios de sucesso e por ser considerada somente como alternativa para áudio e não para texto. O texto contribui para a noção de que o processo de promover acessibilidade para qualquer âmbito social precisa de constante atualização para acompanhar a avaliação das pessoas com e sem deficiência que usufruem do produto ou serviço e se adequar a evolução das tecnologias acessíveis.

A partir dos textos analisados, compreende-se que esse trabalho contribui com as discussões sobre a temática da acessibilidade na *Web* por não focar somente na modalidade à distância de educação, mas abarcar o acesso a *web* de qualquer indivíduo a um *site* e por complementar com a análise de um pesquisador com deficiência visual as limitações de relatórios gerados pelos validadores automáticos de acessibilidade, limitações que são reconhecidas e citadas pelos autores dos artigos presentes no levantamento.

Além desta contribuição, a pesquisa poderá subsidiar o processo de atualização do site da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, unidade acadêmica fundada em 1966, referência nacional e na região Centro-Oeste na formação de professores e pesquisadores em Educação.

O trabalho foi desenvolvido com a utilização de diferentes técnicas, a partir da análise documental de relatórios gerados por validadores automáticos de acessibilidade e de uma avaliação qualitativa e individual da experiência de navegação no site, orientados pelas Diretrizes de Acessibilidade para conteúdo *Web* (WCAG 2.1). Os links presentes no site foram divididos em quatro grupos: Home, Blocos de conteúdo, Conteúdo Interativo e Contatos, um ou mais links de cada grupo foram escolhidos para submissão aos validadores. A escolha dessas páginas representantes de um grupo se deu a partir do critério de maior variedade, por exemplo um link com imagem e texto terá vantagem sobre um que possua somente texto.

Foram utilizados dois validadores presentes na lista de indicações do W3C para efetuar as análises, o *Access Monitor 2.1* por apresentar o relatório de forma detalhada com cada aspecto positivo, negativo e verificável manualmente do link e atribuindo uma nota ilustrativa. O segundo validador utilizado foi o *Wave* que espelha o link analisado e adiciona etiquetas em cada ponto do site que apresenta problemas de acessibilidade. Com esses validadores e a análise de acesso foi possível identificar de forma exata quais diretrizes são violadas e em quais lugares do site as inconformidades estão presentes.

Para confirmar informações e complementar os relatórios dos validadores automáticos, foi feita uma avaliação minuciosa da experiência de navegação que passa por todas as páginas vinculadas exclusivamente ao portal da Faculdade de Educação. Por fim com as informações dos validadores checadas e complementadas pela análise individual, foram detalhadas as diretrizes de acessibilidade que o site não está em conformidade e os

prejuízos que essa não adequação podem oferecer para a percepção, operabilidade, compreensão e robustez do site e como isso dificulta e até compromete a navegação dos usuários com e sem deficiência.

Esse trabalho se estrutura a partir de quatro capítulos, o primeiro que tem objetivo de definir e contextualizar conceitos de deficiência a partir do modelo social e os aspectos necessários para ampliar a inclusão de pessoas com deficiência aos diversos espaços sociais, com ênfase nos ambientes digitais, foco da pesquisa realizada. O segundo capítulo tem objetivo de justificar a escolha do *site* da Faculdade de Educação como objeto de análise, a partir de uma breve apresentação histórica da Universidade de Brasília e seu vínculo fundamental com a UnB, em seguida uma breve explicação sobre estrutura de funcionamento da FE para melhor entendimento das diferentes páginas do portal submetidas a avaliação.

O terceiro capítulo contém uma breve explicação da metodologia e o desenvolvimento do processo de análise do site em si, com a descrição de cada aspecto que que possam gerar barreiras no acesso ao *site*, com apoio da representações visuais fornecida a partir dos relatórios gerados por validadores automáticos, e apresentadas no texto por meio meio de classificação numérica, tabelas e *prints*. Já as considerações finais trazem por meio de lista, uma série de indicações para melhoria da acessibilidade no Portal da Faculdade de Educação e considerações importantes para aplicação das melhorias e futuros trabalhos.

1. DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE WEB

Compreender a deficiência como o resultado da interação de um indivíduo com barreiras impostas por um contexto social despreparado para contemplar suas especificidades é essencial para entender a aplicação do Desenho Universal, dos recursos e serviços de acessibilidade como fatores de efetivação de direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Essa concepção nasce a partir de um percurso histórico de lutas que se inicia na década de 1970 com os teóricos do modelo social de deficiência, que passaram a questionar a hegemonia do modelo médico com a proposição da perspectiva sociológica da condição da deficiência. A partir da contribuição dos estudos feministas, a discussão se ampliou e acarretou no aumento da pressão dos movimentos sociais aos seus respectivos Estados, governos e organismos internacionais que se desdobraram, por exemplo, na promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas em 2006.

O modelo social busca ressignificar a perspectiva de que formas diferentes de funcionamento de um corpo sejam algo percebido com preconceito e discriminação. É necessário a ampla difusão e aderência desse conceito, não só em redação legislativa mas no cotidiano social, pois essa concepção de deficiência pode orientar a busca da equiparação de oportunidades e efetivação de direitos. É possível sintetizar o processo de responsabilização social que tem início ao compreender a deficiência como um conceito político da seguinte forma: “Assegurar a vida digna não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais.” (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p. 74).

Para compreender o conceito de acessibilidade, é razoável partir dos objetivos que esse conceito guia a alcançar, que são eliminar barreiras sociais e contribuir com o processo de inclusão. Para seguir com o conceito em si que é utilizada para orientar o processo de criação e execução de políticas públicas no Brasil, proposto pela ONU na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (Art. 9, 2006).

A partir da concepção da deficiência centrada no caráter social e o conceito de acessibilidade, é necessário pensar práticas que contribuam com um ambiente mais inclusivo. O Desenho Universal que se define por princípios embasados em pesquisa que tem o objetivo prático de possibilitar o acesso ao maior número de pessoas a um conteúdo, produto ou serviço, apresenta-se como um conceito estratégico nesse processo de ressignificação do acesso aos espaços. É um termo pautado originalmente na acessibilidade arquitetônica que teve sua abrangência ampliada para o âmbito da educação em 1999 por pesquisadores da *Center for Applied Special Technology* (CAST), e passou a ser referenciado como *Universal Design for Learning*.

No Brasil o termo traduzido como Desenho Universal para Aprendizagem trouxe a organização de três princípios adequados à educação, porém que se aplicam a todo processo de apropriação de um conteúdo, seja na leitura de um livro ou na navegação em um site. Esses princípios servem como orientação conceitual para o desenvolvimento de métodos e técnicas adequadas a um projeto específico, que pode levar em conta o uso de diversos serviços e recursos de acessibilidade, porém com o compromisso de tornar o projeto mais acessível ao maior número de indivíduos, desde o planejamento até a aplicação ou finalização.

Os princípios do DUA são o do engajamento, que discorre sobre a subjetividade de interesse de um estudante pelo modo que um conteúdo é apresentado e também se adequa aos parâmetros atuais da produção de conteúdo em plataformas digitais, que consideram o interesse e participação do público para orientar suas ações. O princípio da representação que propõe a apresentação de conteúdo a partir de diferentes linguagens, formatos e estímulos sensoriais, assim como explicado pelas autoras: “Quanto maior as possibilidades de apresentar um novo conhecimento, maiores serão as possibilidades em aprendê-lo” (ZARBATO; MENDES, 2018, p. 151). O terceiro princípio que é da ação e expressão, que originalmente se refere a práticas avaliativas do processo de ensino aprendizagem, por meio de diferentes formas de expressão dos educandos, o que pode equivaler as possibilidades de retorno e avaliação que usuários podem encaminhar a equipe desenvolvedora de um *site*.

Ao considerar a extensão incalculável da diversidade humana, é razoável o argumento de que a aplicação do Desenho Universal para Aprendizagem possui uma limitação inerente ao seu conceito, já que um projeto que é capaz de abarcar toda a diversidade humana dependeria de quantidades exorbitantes de tempo, recursos e pesquisa. Para contornar esse limite, as tecnologias e recursos de acessibilidade são definidos no artigo 3º, inciso III da Lei 13.146/2015 como:

Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Esses recursos são essenciais pois trazem a possibilidade de contribuir de forma personalizada para inclusão das pessoas com deficiência de forma complementar ao DUA aplicado a diferentes contextos sociais.

Os recursos de acessibilidade desempenham a função de possibilitar ou facilitar a participação social de um indivíduo, porém de forma personalizada, ao entender por exemplo em que dois indivíduos com baixa visão podem se beneficiar de recursos diferentes para leitura de um texto digital, enquanto um pode ampliar o texto e assim fazer a leitura com conforto, o outro pode precisar aplicar uma mudança no contraste entre a fonte e o fundo do documento. Assim se dá o complemento ao Desenho Universal para Aprendizagem aplicado à arquitetura de um site, enquanto o DUA busca contemplar o maior número de pessoas, os recursos de acessibilidade podem tornar a experiência de um usuário mais prazerosa ou até mesmo possibilitar o acesso para que ele solicite melhorias para uma página que apresente inconformidades com sua forma de acesso.

Com base na perspectiva social da deficiência e na complementaridade entre o DUA e os recursos de acessibilidade, é possível encontrar diretrizes, decretos e leis que subsidiam o processo de ampliação do acesso a ambientes digitais, não só considerando indivíduos de forma diagnóstica, mas a partir de um planejamento que leve em consideração a maior diversidade possível, de modo que possa contemplar pessoas com e sem deficiência, qualquer necessidade educacional específica ou preferências pessoais de usabilidade. Como exemplo é possível citar a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007),

ratificada pelo Brasil com valor de emenda constitucional, no âmbito legislativo externo pelo decreto legislativo Nº 186/2008 e interno pelo decreto Nº 6.949/2009 e a lei 13.146/2015 conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão.

A LBI define que todos os *sites* hospedados sob o domínio da internet brasileira sigam diretrizes internacionais aceitas para orientar a promoção da acessibilidade. *Como o Web Content Accessibility Guidelines* elaborado pelo *World Wide Web Consortium* que apresenta uma série de recomendações que se dividem em quatro princípios: Perceptível, Operável, Compreensível e Robusto, que podem estar em diferente níveis de conformidade, sendo A o nível mais básico e AAA o mais avançado. O documento é atualizado de forma periódica, com o intuito de gerar novas versões, o que abre a possibilidade de ampliação e revisão das diretrizes, a versão mais recente traduzida para o português é a 2.1.

O conteúdo deve ser Perceptível, ou seja, apresentado de forma que os usuários possam perceber, por exemplo, uma imagem sem texto alternativo não é percebida por leitores de tela, por consequência não percebida pelo usuário desse recurso. Operável, os componentes da interface de um site precisam ser operáveis, seja por meio do mouse, teclado, gestos etc. Compreensível, o texto e estrutura de uma página precisam ser compreensíveis, por meio do uso adequado de vocabulário e apresentação do significado de siglas ou termos incomuns. E o último princípio é Robusto, que deve visar a maior compatibilidade entre diversos dispositivos e tecnologias, como uma questão de responsividade a diferentes aparelhos e compatibilidade com diferentes tecnologias assistivas (W3C, 2018).

O artigo citado na introdução deste trabalho, *Recomendações da Wcag 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da Web*, escrito por Carla da Silva Flor, Tarcisio Vanzin e Vânia Ulbricht, é um demonstrativo de avaliações que venham a trazer melhorias para as diretrizes. O texto parte da perspectiva de que a WCAG 2.0 não considera Libras como L1 dos indivíduos surdos, já que ao longo de seis recomendações voltadas para o público surdo e com deficiência auditiva o documento cita Libras em apenas uma. Nessa recomendação a Língua Brasileira de Sinais só é identificada como alternativa para conteúdo em áudio, o que desconsidera o fato da representação escrita da língua portuguesa ter uma estrutura diferente da língua materna de parte do público surdo, o que exige Libras não só para áudio, mas para texto e explicações simplificadas a respeito das estruturas de *sites*. (FLOR; VANZIN; ULBRICHT, 2013).

A partir desses documentos é possível orientar práticas mais inclusivas para o processo de planejamento e desenvolvimento de páginas da *web* e a possibilidade de ampliar essas discussões para desvincular a concepção de acessibilidade exclusivamente para pessoas com deficiência, de perceber o processo de inclusão como direito e a possibilidade de ampliar e atualizar normas vigentes nacional e internacionalmente com o intuito de possibilitar o acesso ao maior número de pessoas possível para um ambiente virtual que vislumbre o combate a práticas capacitistas e discriminatórias.

O capacitismo gera a discriminação contra pessoas com deficiência e pode ser definido como o processo de hierarquização entre habilidades, com a concepção de que a produtividade por exemplo é mais digna de reconhecimento ao ser comparada a outras habilidades. Essa valoração é geradora dos processos de discriminação contra as pessoas com deficiência, já que suas habilidades, físicas, sensoriais ou intelectuais variam do que é estabelecido como o padrão digno prestígio pela sociedade. Os corpos que fogem a essa corponormatividade precisam lidar com inúmeras demonstrações da diminuição do seu valor, seja com atitudes que menosprezam suas habilidades, com projetos arquitetônicos ou com espaços digitais que desconsideram as formas de estar no mundo desses indivíduos.

É possível identificar uma síntese do conceito de capacitismo e uma aproximação a outros grupos sociais, que também experienciam processos que partem de normas que tentam diminuir sua importância ou deslegitimar sua existência. Na dissertação de mestrado de Anahi Guedes de Mello (2014) capacitismo é conceituado como:

É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia. (MELLO, 2014, p. 94).

Assim se percebe a legitimidade das lutas das pessoas com deficiência contra o capacitismo em prol de uma sociedade mais inclusiva e a transversalidade que pode existir entre a experiência da discriminação que um indivíduo sofre pelo capacitismo, pelo sexismo, racismo, homofobia e quaisquer estruturas que visam adequar a diversidade humana a um padrão pré estabelecido.

Com base em políticas voltadas para as pessoas com deficiência e legislações específicas sobre educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e

atualizações e outros marcos legislativos já citados nesse trabalho, a Universidade de Brasília por meio da Resolução do Conselho de Administração nº 0050 de 2019 instituiu a Política de Acessibilidade que dispõe sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação, altas habilidades e transtornos funcionais na universidade e as ações específicas que devem contribuir em diversos âmbito no âmbito da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, no transporte, na comunicação e pedagógica.

Quanto à acessibilidade web, o Título IV - Da Acessibilidade nas Comunicações e Acesso à Informação, no Artigo 43 e 44 tratam da acessibilidade em meios informatizados no âmbito acadêmico e administrativo e nos portais da universidade que estão alinhados a esse trabalho no aspecto de propor a garantia da acessibilidade e na recomendação das diretrizes do W3C para orientar as práticas:

Quanto à garantia de acessibilidade nos portais da Universidade de Brasília, serão observadas as seguintes condições:

I inclusão de requisitos de acessibilidade previstos nas normas governamentais e na legislação vigente ou por associações industriais, mas, preferencialmente, nas recomendações para acessibilidade ao conteúdo na Web, do World Wide Web Consortium (W3C) e-MAG; (Art. 44; UnB, 2019).

Com base nessa política é necessário adequar os portais vinculados à UnB para ampliar o acesso à informação e à comunicação dos discentes, servidores técnico-administrativos, docentes e pessoas que visam ingressar na universidade. O que por consequência contribui com o aumento no acesso e permanência desses públicos, porém é necessário compreender um pouco da história e estrutura da UnB e FE para analisar o portal e sugerir melhorias de forma coerente.

2. A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Escolher o *site* da Faculdade de Educação para análise da acessibilidade se deu pela importância histórica e representativa que essa faculdade tem para toda a UnB, o fato simbólico de ocupar os primeiros três prédios construídos com foco no ensino da universidade, ligados por uma praça a FE 1, FE 3 e FE 5, que abrigaram os primeiros cursos, espaço para solenidades e a reitoria. A Faculdade de Educação é também o espaço de formação que futuros educadores de todo o campus frequentam em algum momento de sua formação. Servir como referência para direcionar toda a UnB na busca dos ideais visados desde 1962 de construir uma universidade democrática, inovadora e inclusiva parece um papel adequado a essa faculdade.

A Universidade de Brasília que tem sua idealização pautada no argumento de equivalência ao que ocorria no âmbito da arquitetura e urbanismo na época da construção da nova capital do país, fenômeno sem precedentes de busca da reconstrução e modernização do pólo administrativo do Brasil, uma tendência que surgiu com o início da Segunda República, exigiu de Darcy Ribeiro, um dos idealizadores do projeto, uma perspectiva além da concepção de só mais uma universidade, explicada por Helena Bomeny (2016, p. 1004):

A criação da universidade, a despeito de uma ou outra voz dissonante, esteve e está associada à liderança de Darcy, o antropólogo que percorreu os espaços políticos na busca obsessiva de tirar o Brasil do atraso, da imobilidade, da dependência a marcos de referência externos, do rompimento com a subalternidade na recusa a modelos exógenos conclamados para traduzir a cultura brasileira.

Em meio a renúncia de Jânio Quadros e apesar de uma crescente crise política, é aprovada em 15 de dezembro de 1961 a lei nº 3.998 que autorizava a construção da UnB, uma universidade pública, laica e gratuita. A criação da universidade manteve seu apoio por negociações com a igreja, que defendia primeiramente a construção de mais uma universidade católica, mas se convenceu com a construção de um departamento de teologia na UnB. Também se apoiou no argumento de que não se tratava da importação de algum padrão estrangeiro, mas de uma radical mudança na perspectiva de universidade (BOMENY, 2016).

Nesse contexto a Faculdade de Educação desempenha papéis de importância na história da universidade pois além de abrigar os primeiros cursos e a reitoria, foi no teatro

Dois Candangos, espaço para solenidades localizado no prédio da FE 5, no dia 09 de abril de 1962, que ocorreu a cerimônia de inauguração da UnB. De acordo com Anísio Teixeira essa foi a primeira faculdade de educação de fato do país, diferente dos já existentes departamentos de educação e escolas normais destinadas à formação de professores primários.

A FE passou a funcionar de fato a partir do Ato da Reitoria nº 163, de 12 de abril de 1966, quatro anos após a inauguração, com o país sob uma ditadura e a UnB tendo passado por duas invasões, a primeira em 09 de abril de 1964, poucos dias após o golpe e acarretou na demissão do reitor Anísio Teixeira e vice reitor Almir de Castro, a universidade era percebida como ambiente subversivo e por estar próxima ao centro do poder foi alvo dessas ações. A segunda invasão aconteceu no dia 11 de outubro de 1965 em resposta à greve contra demissões arbitrárias de quinze integrantes do corpo docente, o que levou a duzentos e vinte e três professores a abandonarem seus cargos. Quando foi dado início aos trabalhos o funcionamento da Faculdade de Educação divergia em parte do ideal imaginado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira:

A Faculdade de Educação foi concebida para se estabelecer no coração da Universidade de Brasília porque se constituiria como o órgão responsável por irradiar para toda a universidade, Estado e sociedade as pesquisas relativas ao sistema educacional brasileiro; a unidade acadêmica com a atribuição de produzir materiais didáticos em todas as áreas de conhecimento; a faculdade com a responsabilidade de promover a orientação educacional de todos os estudantes da Instituição; e a unidade que efetivaria a guarda de todo o acervo educacional do país (ROCHA; VILLAR. 2018, p. 42).

Os contrastes entre o ideal concebidos para FE e sua implementação existem por conta de propostas realizadas por missões da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e de interferências do Estado brasileiro sob regime militar em convênio com a *United States Agency for International Development* (Usaid), um órgão vinculado aos Estados Unidos da América que tinha o objetivo de auxiliar no crescimento econômico de países em desenvolvimento, desde que o crescimento sirva aos interesses dos EUA (ROCHA; VILLAR. 2018).

Certas características percebidas nas universidades foram estabelecidas nesse período, como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a organização dos departamentos como a menor fração da estrutura universitária aplicadas a partir dos decretos-lei nº 53/1966 e nº 252/1967. A materialização do convênio entre o Estado Brasileiro e a Usaid resultou na reforma universitária que limitou a função original idealizada para a

Faculdade de Educação, com a inviabilização, por exemplo, da elaboração de material didático e a influência da faculdade para propor novas estruturas educacionais de todo país.

Ainda no processo de redução das funções das Faculdades de Educação, a missão da UNESCO *Etablissement et développement de facultés d'éducation* de 1968, após uma série de análises do sistema educacional brasileiro, foram estabelecidas três missões para essas instituições: a formação de professores do segundo grau e de técnicos educacionais, cursos de especialização destinados aos técnicos em educação e a formação de docentes de nível superior por meio de cursos de mestrado e doutorado. Os requisitos para alcançar esses três principais objetivos são descritos por Rocha e Villar (2018, p. 62):

A fim de cumprir essas missões, as faculdades de Educação brasileiras deveriam ser compostas por uma escola ou instituto pedagógico; por uma escola de experimentação e aplicação; por um serviço de relações escolares; por um centro de serviços auxiliares; por três departamentos; e por um conselho, seu órgão deliberativo máximo.

A estrutura era organizada por três departamentos denominados como Teoria e Prática do Ensino, Ciências de Base da Educação, Administração Escolar e exerciam funções que seguiam uma lógica semelhante aos três departamentos existentes hoje, o departamento de Teoria e Fundamentos (TEF), Métodos e Técnicas (MTC), e Políticas Públicas e Gestão da Educação (PGE).

A FE desde 1962 atuava na oferta de disciplinas referentes a docência dos cursos de licenciatura já existentes, em 1966 Lady Lina Traldi é nomeada como primeira coordenadora da faculdade porém o reconhecimento do curso de Pedagogia se deu a partir do Decreto-Lei nº 70.728 de 19 de junho de 1972. Com o processo de redemocratização se tornou viável pensar mudanças para o currículo de Pedagogia, impulsionadas por reivindicações feitas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) e Sindicato dos Professores do DF para habilitação de professores para atuar na pré-escola e nos anos iniciais do 1º grau, como era denominado. Em 1989 então se deu a primeira reforma do curso de Pedagogia (UnB/FE. PPPC, 2018).

O curso de Pedagogia passou a se estruturar nas seguintes habilitações: Magistério para Início da Escolarização, Orientação Educacional para o Exercício nas Escolas de Primeiro e Segundo Graus, Tecnologia Educacional, Administração Escolar para o Exercício nas escolas de Primeiro e Segundo grau, Magistério para Educação Especial: Deficiência Mental. Em 1994 a FE passou a ofertar o curso de graduação em Pedagogia noturno, pioneiro

na UnB, o que possibilitou a indivíduos em diferentes contextos buscarem formação. Em 2002 uma nova reestruturação no currículo do curso ocorreu que decretou o fim das habilitações vigentes até então e antecipou uma reforma nacional dos cursos, ao estabelecer o currículo de licenciatura em pedagogia e em 2007 com a ampliação das vagas na faculdade, também foi implementado o curso de Pedagogia à Distância.

O Projeto Político Pedagógico do Curso (PPP) de Pedagogia vigente foi elaborado a partir de uma trajetória iniciada em 2006 com a Resolução N° 1 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) publicado 15 de maio do mesmo ano que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Essa Resolução definiu princípios e condições para o ensino, aprendizagem, a partir do planejamento até a avaliação interna e externa, então após uma série de discussões a respeito do currículo do curso e sua adequação para formar profissionais capacitados para o exercício da docência na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental nos demais espaços processos formativos em relação ao planejamento, ensino ou gestão.

Ao longo dos anos e com diversas reuniões e eventos para discussão como o I e II Encontro da Comunidade da Faculdade de Educação que ocorreram em 2011 e 2014 respectivamente. Em 2013 o Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi instituído e com a aprovação do seu regimento em 2014 o órgão foi incumbido de conceber o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial e à distância. Ao longo de reuniões para sistematizar as sugestões da comunidade acadêmica e em alinhamento com as normativas vigentes. Após reformulações ocasionadas pela Resolução N° 2 do CNE/CP de 1° de julho de 2015 que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada, no dia 07 de dezembro de 2017, na 599ª a versão final do PPP de Pedagogia foi aprovada

É possível encontrar as funções atuais da Faculdade de Educação no artigo 3° do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução do Conselho Universitário nº 0064/2021:

- I. promover e desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão na área de Educação, com vistas à formação de profissionais qualificados, levando em consideração as demandas de interesse da comunidade e da sociedade;
- II. ofertar cursos de graduação em Pedagogia, em diversos formatos e modalidades de ensino;

- III. ofertar cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu na área de Educação;
- IV. oferecer formação pedagógica para os demais cursos de licenciatura;
- V. promover a colaboração didática, científica e técnica com as demais Unidades Acadêmicas da Universidade, bem como com outras Instituições de Educação Superior (IES);
- VI. estabelecer formas de colaboração com os sistemas de ensino, órgãos públicos, organizações não governamentais, organismos internacionais e outras instituições que tenham interesses em temáticas vinculadas à educação. (UnB/FE. 2021, Art 3º).

Para desempenhar essas finalidades no âmbito de gestão administrativa, acadêmica e política, a FE segue um modelo de gestão democrática e se organiza em órgãos deliberativos, executivos, consultivos e em instâncias de apoio acadêmico científico. Com atribuições e membros referenciados e definidos em seguida a partir do artigo 4º em diante do Regimento Interno da Faculdade de Educação de 2021.

Os órgãos deliberativos são o Conselho da FE que se define como o principal órgão Consultivo e Deliberativo Superior da Unidade Acadêmica e tem a função de formular, implantar e avaliar a política institucional e deliberar sobre as ações institucionais previstas no Regimento Geral da UnB. O conselho também compete deliberar, estabelecer políticas e criar normas a partir da proposta de outros órgãos sobre a criação de qualquer atividade de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Unidade Acadêmica, seja na graduação ou pós-graduação.

Cabe ao conselho também analisar a prestação de contas, deliberar ou homologar decisões dos colegiados a respeito de credenciamentos, concursos, carreira, aprovação de projetos, entre outros na Unidade Acadêmica e homologar a representação da FE no Conselho de Educação do Distrito Federal. Os membros são o Diretor como Presidente, Vice-Diretor, Chefes dos Departamentos, Coordenadores de Cursos de Graduação presencial e Graduação à distância, Coordenadores de Pós-Graduação acadêmico e profissional, Coordenador de Extensão e um representante docente de cada um dos departamentos.

Os próximos órgãos Deliberativos são: Colegiado dos Departamentos, que delibera em assuntos de administração, ensino, pesquisa e extensão universitária em suas respectivas áreas de atuação; os membros são todo o corpo docente e uma representação discente composta por titular e por suplente, eleita no Centro Acadêmico e por uma representação dos servidores técnico-administrativos, composta por titular e suplente, lotados no respectivo Departamento, eleita por pares.

O Colegiado dos Cursos de Graduação que deve propor e implementar diretrizes para orientação acadêmica dos alunos, mediar conflitos entre discentes e docentes relacionados à

vida acadêmica, assessorar a Coordenação de Graduação na execução dos cursos, aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo, orientar a política de distribuição de bolsas de monitoria remunerada, deliberar sobre a criação, cancelamento ou a alteração de disciplinas, decidir sobre solicitações de estudantes questões acadêmicas, aprovar pareceres de revalidação de diploma.

Os membros são: Vice-Diretor da FE, como Presidente, ou outro Docente indicado pela Direção para presidir o Colegiado, Coordenadores de Graduação do curso de Pedagogia Diurno, Pedagogia Noturno e Pedagogia a Distância, Presidente da Comissão de Estágios, nomeado pela Direção, chefes de Departamento ou seus representantes, Representante docente titular e suplente de cada Departamento, representante discente titular e um suplente, escolhido entre os pares, representante dos secretários das Coordenações de Graduação, escolhido entre os servidores da Secretaria, representante titular e suplente da Assessoria Pedagógica da Faculdade de Educação, escolhido entre os servidores do setor.

O Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação (CCPG) deve promover a articulação entre os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e entre estes e os de Pós-Graduação Lato Sensu, propor políticas de Pós-Graduação, analisar e avaliar programas e cursos de Pós-Graduação Stricto e Lato-Sensu. Cabe, também, propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante aprovação do Conselho da FE, o currículo dos Programas de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu, bem como as suas alterações, definir critérios para aplicação de recursos financeiros de apoio à Pós-Graduação, indicar o representante da FE para a Câmara de Pesquisa e de Pós Graduação e representações externas, inclusive para órgãos de fomento, no âmbito de sua competência.

O colegiado deve também estabelecer o calendário anual das atividades acadêmico-administrativas dos Cursos de Pós Graduação no âmbito da FE, não previstas ou detalhadas no calendário do Decanato de Pesquisa e Pós Graduação ou da Secretaria de Administração Acadêmica. Os membros do colegiado são: Diretor da FE, como Presidente e como substituto o Vice-Diretor, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - Acadêmico, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - Profissional, um representante discente de cada Programa de Pós-Graduação, um representante dos servidores técnico-administrativos, lotado na Secretaria de Pós Graduação.

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação (CPPG) e o Colegiado do Programa de Pós-Graduação Modalidade Profissional (CPPG-MP) têm a função de assessorar

a Coordenação do PPGE e o CPPG na execução da política de pós-graduação, aprovar lista de oferta de disciplinas, deliberar sobre os critérios de distribuição e renovação de bolsas de estudos, decidir sobre o trancamento geral de matrícula, sobre designação e mudança de orientador, sobre pedidos de prorrogação de prazo de qualificação e defesa de projetos de pesquisa de mestrado e de doutorado.

As atribuições seguem em executar tarefas delegadas pelo Colegiado, atuar como instância consultiva na gestão de recursos financeiros, aprovar a admissão de alunos especiais, deliberar sobre aproveitamento de estudos, decidir sobre demais solicitações de alunos referentes à vida acadêmica, analisar pedidos de revalidação de diplomas. Os membros do colegiado são: Coordenador como Presidente e um Coordenador Substituto, Docentes de cada programa, um representante discente, eleito pelos pares, e um representante técnico-administrativo lotado na Secretaria de Pós-Graduação.

Finalmente o Colegiado de Extensão (CE) deve elaborar e aprovar as normas gerais e a política de extensão da Faculdade, assessorar as Coordenações de Graduação e de Pós-Graduação e Departamentos na execução da política, receber, indicar parecerista, homologar e enviar para homologação do Conselho da FE propostas de novos cursos, programas e projetos de extensão e prestação de contas anual e de encerramento dos cursos, dos programas e dos projetos de extensão da FE e fortalecer o vínculo institucional entre ensino, pesquisa, extensão.

Os membros do Colegiado são: o Coordenador de Extensão, como Presidente, um representante docente titular e um suplente de cada Departamento, um representante discente titular e um suplente participantes de projetos de extensão, um representante titular e um suplente dos servidores técnico-administrativos lotados na Secretaria de Extensão, um representante titular e um suplente dos Projetos de Ação Contínua (PACs) da FE, desde que o projeto esteja em vigência.

O Regimento segue com a descrição dos órgãos executivos compostos pela Direção que atua de forma colegiada na gestão acadêmica, administrativa e financeira da Faculdade, executa as deliberações, convoca e preside reuniões do Conselho da FE, coordena a elaboração do planejamento de trabalho da FE, do Plano de Desenvolvimento Institucional, participa da elaboração do Planejamento Estratégico da UnB, faz a gestão de todos os recursos financeiros disponíveis à FE, ordena as despesas, tanto de alocações provenientes do orçamento da Universidade quanto das receitas geradas pela própria Faculdade e por fim deve

zelar pelo uso adequado das instalações e dos equipamentos de uso comum. O órgão é composto por Diretor, Vice Diretor eleitos, na forma da lei, ambos Docentes do quadro permanente da UnB, com no mínimo cinco anos de atuação efetiva na FE.

A Chefia dos Departamentos compete as seguintes atribuições: convocar os membros do Colegiado do Departamento para Reunião Ordinária mensal, convocar extraordinariamente o Colegiado do Departamento, quando houver demanda, verificar e registrar o cumprimento do regime de trabalho dos docentes, dar os encaminhamentos necessários dos resultados de avaliações docentes pelos discentes, providenciar a alocação de docentes para fazer cumprir a lista de oferta e supervisionar atividades acadêmicas. Chefes e Subchefes dos departamentos são eleitos por pares em mandatos de dois anos com direito a uma reeleição.

A coordenação de Graduação possui as seguintes competências: zelar pela execução do projeto acadêmico dos Cursos de Pedagogia Diurno, Noturno e a Distância, em sintonia com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da FE e em articulação com os Departamentos, com a Direção e com o NDE. Orientar e coordenar as atividades dos cursos, acompanhar os ajustes e os trancamentos de disciplinas, acompanhar os cursos no que diz respeito à trajetória acadêmica dos alunos e coordenar no âmbito da FE os processos de avaliação interna e externa.

A Coordenação é composta por um Coordenador do Curso de Pedagogia Diurno, um do Curso de Pedagogia Noturno e um Coordenador(a) do Curso de Pedagogia a Distância, nomeados de livre nomeação da Direção entre o corpo docente com a aprovação do Conselho da FE com mandato de dois anos com direito a uma recondução, para apoio os coordenadores contam com o apoio de uma equipe técnica, uma assessoria pedagógica e uma comissão de estágios.

Sobre a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação as atribuições são: zelar pela execução dos Programas de Pós-Graduação e de seus cursos em todas as modalidades, em sintonia com a CG, com os Departamentos e com a Direção da FE, executar tarefas delegadas pelos Colegiados, aprovar atas de defesas de monografias, dissertações e de teses, participar da elaboração do relatório anual dos cursos. Entre os membros estão Coordenadores e Coordenadores Substituto, com mandatos de dois anos e direito a uma recondução, eleitos pelos membros do Colegiado dos Programas de Pós-Graduação.

Quanto a Coordenação de Extensão (CEXT) as atribuições são: contribuir para cumprimento da função social da FE e UnB, promover a participação da sociedade civil no

planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações extensionistas, garantir a implantação da política de extensão da FE, manter a articulação permanente com os Programas e os Projetos de Extensão em curso. Divulgar e incentivar a participação da Comunidade Acadêmica nas ações de extensão, acompanhar a execução de ações de extensão desenvolvidas por servidores docentes e técnico-administrativos. Os membros da CEXT são: Coordenador e um Coordenador Substituto, com mandatos de dois anos com direito a uma recondução, de livre escolha e nomeação da Direção entre o corpo docente desde que o Conselho da FE aprove.

Em seguida a Comissão de Estágio tem as funções de gerir, sistematizar, planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades administrativas e acadêmicas relacionadas ao estágio supervisionado, obrigatório, estágio não obrigatório e estágio de estudantes de Graduação e Ensino Médio que desenvolvem suas atividades na FE. A comissão é composta por docentes indicados dos departamentos, por coordenadores dos cursos presenciais de graduação, diurno, noturno e do curso de graduação a distância.

Para finalizar os órgãos executivos a Assessoria Pedagógica que auxilia nas ações educativas desenvolvidas pelos demais setores da FE, realiza estudos e pesquisas no âmbito do ensino aprendizagem de Graduação, assessora e acompanha o NDE na elaboração e no acompanhamento do Projeto Político Pedagógico de Curso (PPPC), auxilia na organização e na promoção de diferentes atividades e eventos acadêmicos envolvendo a comunidade da FE com o objetivo de incentivar a produção técnica, científica e artístico-cultural e promover a integração dos integrantes.

A Assessoria também acompanha os planos de ensino entregues semestralmente pelos docentes em consonância com o PPPC, divulga eventos de capacitação, técnico-científicos e culturais para o incentivo da formação e a qualificação do corpo docente, discente e técnico-administrativo, assessora a organização da recepção aos calouros e dos eventos científicos, acompanha no âmbito pedagógico e, de forma articulada com os setores envolvidos. o estágio curricular supervisionado e o estágio não obrigatório, assessora o planejamento das atividades do Curso de Pedagogia a Distância em conjunto com a Coordenação do curso, para melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

A Assessoria também acompanha atividades pedagógicas dos laboratórios da FE-UnB, colabora, em conjunto com as Coordenações dos cursos, no processo de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos de Graduação e acompanha o funcionamento da sala

de acolhimento da FE. A composição do órgão conta com, pedagogos, técnicos em Assuntos Educacionais e outros servidores do quadro da FE, concursados de nível superior e indicados pela Direção.

Já os Órgãos Consultivos da FE se dividem como Núcleo Docente Estruturante (NDE) que tem sua definição estabelecida no PPPC de Pedagogia diurno de 2018:

A instituição do Núcleo Docente Estruturante está em consonância com a lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004 e com a Resolução n. 01 de 17 de junho de 2010. O Ato nº 071, da Direção da FE, de 18 de julho de 2013 instituiu o Núcleo Docente Estruturante para atuar no acompanhamento, processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político pedagógico do curso. Foi criado como um órgão consultivo e de assessoramento ao curso presencial e a distância (UnB/FE. 2018, p. 60).

No Regimento do NDE de dois de outubro de 2014, em seu artigo 3º, são encontradas as atribuições específicas do órgão que são: zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, acompanhar a organização didático-pedagógica para aos cursos de pedagogia presencial e a distância.

As atribuições seguem como supervisionar a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo, apoiar as formas de avaliação e acompanhamento dos projetos pedagógicos dos cursos, promover os trabalhos de estruturação curricular e atualização periódica do curso de Pedagogia, contribuir para consolidar o perfil profissional do egresso do curso. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

O NDE é constituído pelo Presidente da Câmara de Graduação como presidente, representante da coordenação do curso de pedagogia presencial, pelo representante da coordenação do curso à distância, por dois representantes de cada departamento, titular e suplente indicados pelos colegiados departamentais e a decisão homologada pelo Conselho da FE com mandato de dois anos e direito a uma recondução.

O segundo e último órgão consultivo é a Comissão dos Programas de Pós-Graduação que atua para acompanhar os cursos com relação ao desempenho dos estudantes, adequação curricular e ao desenvolvimento de programas de bolsas de estudo, propor ao Colegiado, por meio de edital, as normas para processos seletivos, propor a criação, o cancelamento ou a alteração de disciplinas, a partir de deliberação prévia das Linhas de Pesquisa, propor ao

Colegiado de Pós-Graduação o credenciamento de docentes. O órgão é composto pela Comissão dos Programas de Pós-Graduação, constituída pelo coordenador de cada Programa na condição de Presidente e Coordenadores de áreas.

Em seguida são definidas as Instâncias de Apoio Acadêmico, o Centro de Documentação e Memória - CEDUC e a Revista Linhas Críticas, a elas compete o desenvolvimento de ações de consolidação da missão da Faculdade de Educação alinhada ao ensino, pesquisa e extensão. Cada instância de apoio acadêmico e científico tem seu funcionamento regido por norma ou regulamento aprovado pelo Conselho da FE.

Com relação aos departamentos como a menor fração da estrutura universitária, que atuam nos níveis de graduação, nos cursos de pedagogia diurno, noturno e à distância e nas áreas pós-graduação. Os departamentos são Teoria e Fundamentos (TEF), Métodos e Técnicas (MTC) e Políticas Públicas e Gestão da Educação (PGE), são responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão e as definições a seguir são baseadas nas definições presentes no Portal da Faculdade de Educação, no item de menu, Departamentos.

O departamento de Teoria e Fundamentos se divide a partir das ciências correspondentes aos fundamentos teóricos da Educação, com a estrutura estabelecida em cinco subáreas do conhecimento. As áreas do conhecimento do TEF são Educação, Sociedade e Cultura com atividades de ensino, pesquisa e extensão que passam pela História da Educação, História da Educação Brasileira, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação e Pesquisa Educacional. A área da Psicologia da Educação que trata de processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento de indivíduos em diversos contextos educacionais. A área da Educação e Trabalho que relaciona esses dois âmbitos ao tratar de orientação educacional e orientação vocacional profissional.

A próxima área é Educação Especial e inclusiva que trata da ampliação das concepções a respeito da diversidade com ações que promovem a inclusão de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas, na coordenação de laboratórios que visam a oferta de recursos e serviços de acessibilidade, com a Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 que inclui o direito das pessoas com deficiência às cotas em instituições federais de ensino superior, iniciativas importantes se consolidaram como o Laboratório de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual (LDV) e o Laboratório de Escolarização de Surdos e Libras (Lábes-Libras).

O LDV que após sua reabertura em 2017 ampliou de forma exponencial seus trabalhos, com a oferta de materiais adaptados para *softwares* leitores de tela, em braille, ampliados e em áudio para estudantes de toda UnB, inclusive com continuidade ao longo da pandemia de COVID-19 e o ensino remoto, o laboratório realiza ações formativas em semana universitária e realiza diversas parcerias com outras instituições, como o Instituto Benjamin Constant do Rio de Janeiro e o Instituto Federal de Brasília para ofertar e receber cursos de formação. O Lábex-Libras que iniciou seus trabalhos em 2017 e desde então contribui com ações de formação, produção e desenvolvimento de projetos voltados para Libras e educação inclusiva de surdos e pessoas com deficiência auditiva. A última área é a de Educação Ambiental e Ecologia Humana, que visa construir conhecimentos e processos referentes a respeito de questões socioambientais.

O departamento de Métodos e Técnicas apresenta nove subdivisões compostas pelas áreas Arte, Pedagogia e Cultura que realiza uma articulação entre linguagens artísticas e tecnológicas. Currículo, Didática e Avaliação com foco na formação docente atrelada a educação básica e ensino superior e promove investigações sobre didática e práticas pedagógicas. Educação Infantil, tem foco em articular a práxis aos desafios nos processos formativos com foco em crianças de até cinco anos atendidas por creches ou pré-escola. Educação de Adultos, realiza atividades com foco em escolas públicas e movimentos sociais com intuito de reconhecer educandos e educadores como sujeitos políticos, participantes na construção de história e cultura.

Educação, Geografia e História problematiza a historicidade contemporânea em territórios do Distrito Federal em articulação com questões referentes a diversos grupos sociais. Educação Matemática que discute práticas no ensino de matemática com o intuito de ressignificar o campo teórico metodológico em articulação com o contexto social do educando. Educação, Tecnologia e Comunicação busca discutir a respeito da apropriação crítica e de criação de meios comunicacionais e tecnologias. Língua Materna, Alfabetização e Literatura busca reforçar, no campo da linguagem, os pilares da formação e atuação dos profissionais da educação.

O departamento Políticas Públicas e Gestão da Educação (PGE), anteriormente chamado O departamento de Planejamento e Administração se divide em cinco subáreas do conhecimento: Avaliação Educacional que trata sobre a avaliação de organizações e instituições educacionais, Gestão da Educação que desenvolve atividades a respeito da

administração do sistema educacional brasileiro, desde o planejamento, cultura organizacional e financiamento. Legislação Educacional que busca entender e analisar as legislações da educação brasileira. Políticas Públicas de Educação colocam em análise e discussão políticas públicas relacionadas a cada nível e modalidade de educação. Sistema Educacional: Estrutura e Dinâmica, analisa as características de funcionamento da vivência educacional brasileira.

Já os Programas de Pós-Graduação que compreendem as modalidades *lato sensu* que teve início na FE em 2011 que objetiva a qualificação de profissionais nos âmbitos da docência, gestão e ação técnico-científica e na atuação em diversas áreas de pesquisa e extensão. A modalidade *stricto sensu* que compõem o mestrado acadêmico, que objetiva o aperfeiçoamento e formação inicial de docentes no campo educacional e doutorado que visa o aperfeiçoamento de profissionais comprometidos com os avanços e estudos em diversas linhas de pesquisa voltadas para educação e na habilitação para docência no nível superior.

As áreas de pesquisa e extensão partem de uma relação de complementaridade com os estudos acadêmicos e entre si, já que a produção acadêmica pode investigar, entender demandas e problemas sociais e em contrapartida a extensão busca trazer um respaldo prático para esses processos de investigação de modo que a Faculdade de Educação age na formação de profissionais atentos a diferentes dimensões das suas áreas de atuação, com perspectivas crítica e amparadas no objetivo de encontrar espaços de transformação do *status quo*.

Uma das portas de entrada para o entendimento dessas diversas estruturas é o Portal da Faculdade de Educação, que traz breves explicações a respeito da estrutura e do funcionamento da instituição com o acréscimo de atualizações por meio de notícias relacionadas ao ambiente universitário que compete aos frequentadores da FE, isso organizado por meio de menus e submenus. Logo, é essencial entender quais são as inconformidades deste *site* com requisitos de acessibilidade e quais são as ações necessárias para ampliar o acesso desses conteúdos aos atuais e potenciais futuros frequentadores dessa transformadora instituição.

3. AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO SITE DA FE/UNB POR UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Este capítulo se dedica a detalhar os procedimentos metodológicos utilizados para obtenção e estudo dos dados. Para a devida análise dos dados foi necessário se apropriar de certos conceitos, que em conjunto são decisivos para a ampliação do acesso à internet. Definidos na Cartilha de Acessibilidade do W3C Brasil, fascículo I publicada em 2014, os conceitos são tecnologias assistivas, ou recursos de acessibilidade, trabalhados no capítulo I desse trabalho, nesse caso voltados para o uso de dispositivos e navegação pela *web*.

Em seguida o conteúdo, que é informação contida em uma página web, seja o código relacionado a estrutura e apresentação do site ou informação natural, como textos, imagens ou áudios, navegadores, responsáveis por reproduzir e representar conteúdos, o conhecimento do usuário, referente ao grau de experiência e desenvolvimento de estratégias para navegação, desenvolvedores e usuários que contribuem com conteúdo, ferramentas de autoria que servem para o desenvolvimento de sites e ferramentas de avaliação, como validadores de acessibilidade, HTML, CSS (W3C. 2014). O WCAG 2.1 apresenta uma escala para definir os níveis de conformidade de um site com as diretrizes em que A é o nível mais básico, AA é o nível intermediário e AAA corresponde a um nível mais avançado de conformidade.

Os procedimentos utilizados para a análise do *site* da Faculdade de Educação seguiram as seguintes etapas: (1) submeter os links presentes no portal a uma avaliação automática a partir de relatórios gerados por validadores automáticos de acessibilidade; (2) uma análise manual e detalhada de navegação pelos *links* do portal a fim de compreender a lógica de menus, estrutura semântica e as conformidades ou inconformidades com as diretrizes de acessibilidade consideradas por esse trabalho. Os dois passos desempenharam funções complementares no processo de análise, já que os validadores automáticos apresentam limitações como identificar se a descrição de uma imagem é adequada e a análise de navegação pode não identificar questões de programação.

Para geração dos relatórios automáticos foram escolhidos dois validadores presentes na lista de recomendações do W3C, o *Access Monitor* que atribui uma nota de 0 a 10 ao a partir de uma detalhada apresentação dos elementos da página que estão de acordo ou não com diretrizes especificadas no relatório referentes a WCAG 2.1 e também são citados os elementos que necessitam de verificação manual. Já o WAVE (*Web Accessibility Evaluation*

Tool) projeta a interface do *link* e sobrepõem ícones de acordo com o elemento identificado, destacando condutas inadequadas de acordo com as diretrizes de acessibilidade. Ambos os validadores geram relatórios a partir do URL das páginas.

Ao longo da análise do portal da FE foram identificados padrões de estrutura que se repetem em diversos *links* e com conteúdos diferentes, provavelmente com o intuito de gerar familiaridade ao usuário, os relatórios automáticos de acessibilidade foram gerados a partir do agrupamento dos links com base nesses padrões. Para análise de cada grupo, as orientações se aplicam de forma mútua a todos os componentes do grupo. A partir disso foi escolhido um link representante, a partir do critério de maior diversidade de elementos, logo um *link* com texto e imagem estará à frente de um com somente texto. Seguem os componentes de cada grupo com os seus *links* representantes especificados.

1. Home

- Página inicial: <http://fe.unb.br/> (Link representante)

2. Blocos de Conteúdo

- Histórico: <http://fe.unb.br/index.php/institucional/historico>
- Estrutura: <http://fe.unb.br/index.php/institucional/estrutura>
- Representações: <http://fe.unb.br/index.php/representacoes>
- Regimento: <http://fe.unb.br/index.php/regimento>
- MTC: <http://fe.unb.br/index.php/departamentos/mtc>
- PAD/PGE: <http://fe.unb.br/index.php/departamentos/pad>
- TEF: <http://fe.unb.br/index.php/departamentos/tef>
- Presencial: <http://fe.unb.br/index.php/graduacao/graduacao-graduacao-presencial>
- Pós-Graduação Acadêmico: <http://fe.unb.br/index.php/pos-grad/home-ppge>
- Pós-Graduação Profissional: <http://fe.unb.br/index.php/pos-grad/home-ppgemp> (Link representante)
- Extensão, Sobre: <http://fe.unb.br/index.php/extensao/sobre-a-extesao>

3. Conteúdo Interativo

- Calendário: <http://fe.unb.br/index.php/component/agenda/agendas?Itemid=231>
- Agenda da Direção: <http://fe.unb.br/index.php/institucional/agenda-da-direcao>
- Documentos: <http://fe.unb.br/index.php/institucional/documentos-institucional>
- A Distância: <http://fe.unb.br/index.php/graduacao/graduaca-graduacao-a-distancia>
- Extensão, Ações: <http://fe.unb.br/index.php/extensao/acoes-extensao>
- Programas e Projetos:
<http://fe.unb.br/index.php/extensao/programas-e-projetos-da-extesao>

- Semana Universitária:
<http://fe.unb.br/index.php/extensao/semanas-universitarias-da-extensao>
 - Resoluções e Documentos:
<http://fe.unb.br/index.php/extensao/resolucoes-e-documentos-da-extensao>
 - Editais e chamadas Públicas:
<http://fe.unb.br/index.php/extensao/editais-e-chamadas-publicas-da-extesao> (Link representante)
 - Pesquisa: <http://fe.unb.br/index.php/pesquisa>
 - Notícias: <http://fe.unb.br/index.php/noticia>
4. Contatos
- Contatos: <http://fe.unb.br/index.php/contatos-institucional> (Link representante)
 - Extensão, Equipe e Contatos:
<http://fe.unb.br/index.php/extensao/equipe-e-contato-da-extensao>

A etapa de avaliação manual e detalhada do portal se deu a partir do uso de diferentes recursos de acessibilidade para identificar como funcionalidades e conteúdos respondem a essas tentativas de uso, os *links* foram utilizados porém em uma perspectiva complementaridade, ao considerar questões semânticas, de conteúdo e fluidez de navegação. Os *links* foram acessados a partir da tela do computador ampliada a 200%, com funções de alto contraste e inversão de cores ligados, navegação com leitores de tela como o *software* nativo do sistema operacional Windows, Narrador e o leitor de tela gratuito NVDA, em seguida serão apresentadas as tabelas e prints dos validadores com desenvolvimento em texto relacionando as etapas. Serão destacadas primeiramente as inconformidades e em seguida sugestões de melhorias.

Grupo 1 - Home

Link representante - Página inicial: <http://fe.unb.br/>

Pontuação: 4.5

Tabela 2 - Avaliação *Access Monitor* Página Inicial

Nível	Aceitáveis	Não aceitáveis	À verificar
A	4	7	2
AA	0	2	0
AAA	0	0	3
Total	4	9	5

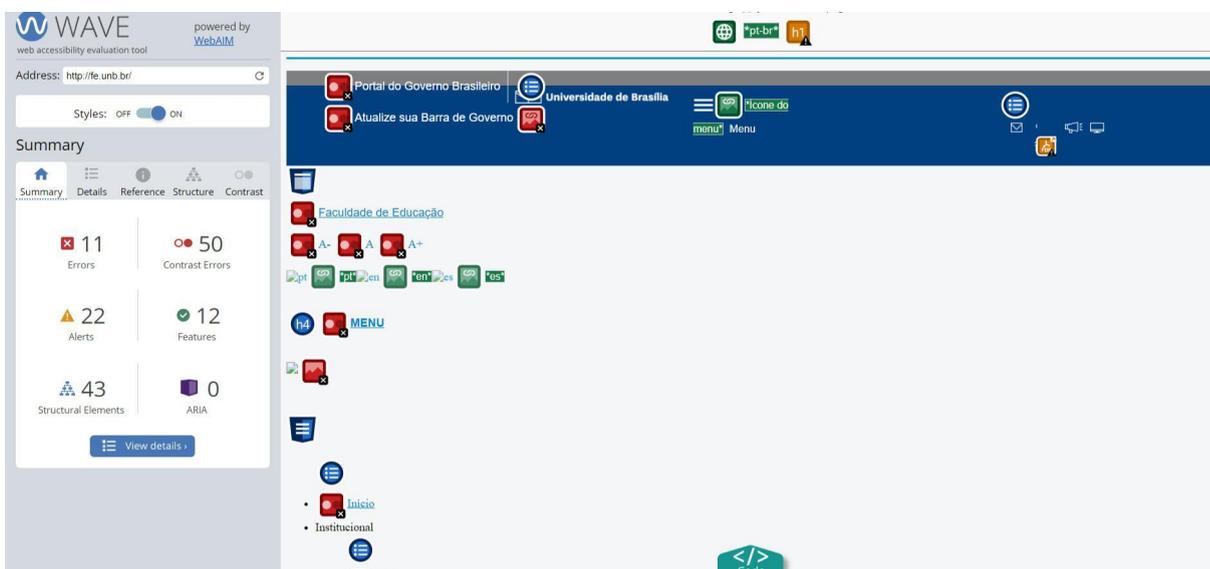
Fonte: Relatório *Access Monitor* (2022)

Esta primeira parte de colocações são referentes a parte inicial e final da página com os menus do Governo Federal, UnB e o menu próprio do site da FE, que se repetem ao longo de todos os links do portal, por isso não serão repetidos na análise dos demais grupos. Caso haja diferenciação, será devidamente destacada.

- O primeiro link da página não permite ao usuário saltar direto para o conteúdo principal e não existem ferramentas para pular blocos de conteúdo, como o menu Notícias, Galeria de Imagens. Isso pode ocasionar em um prejuízo a usuários que navegam pelo teclado, pois em todas as páginas será preciso navegar por demasiados itens para chegar ao conteúdo de interesse;
- O *site* não possui um título (h) de nível 1, o que pode prejudicar a ordem de leitura e identificação dos elementos identificados pelo leitor de tela;
- 2 ícones decorativos no topo da página identificados como imagens em HTML e não em CSS, um com texto alternativo nulo e outro com texto alternativo “ícone de menu”- essa prática pode atrapalhar a fluidez da navegação e confundir o usuário já que o ícone de menu não se refere ao menu principal do site da FE e sim ao menu principal do portal da UnB;

- O título da página Faculdade de Educação que poderia ser o título principal (h1) e as opções de aumentar e diminuir o tamanho da fonte estão com o contraste abaixo do recomendado entre a cor da texto e do fundo;
- A opção de alterar as cores do *site*, alterar o tamanho da fonte e idioma não estão identificadas como tais, o usuário precisa deduzir a função desses botões caso não possuam descrição o que pode dificultar ou impossibilitar a navegação, como exemplo a descrição dos botões para mudar o idioma são: pt; es; en, é dessa forma que o leitor de tela irá reproduzir ao focar nesses botões;

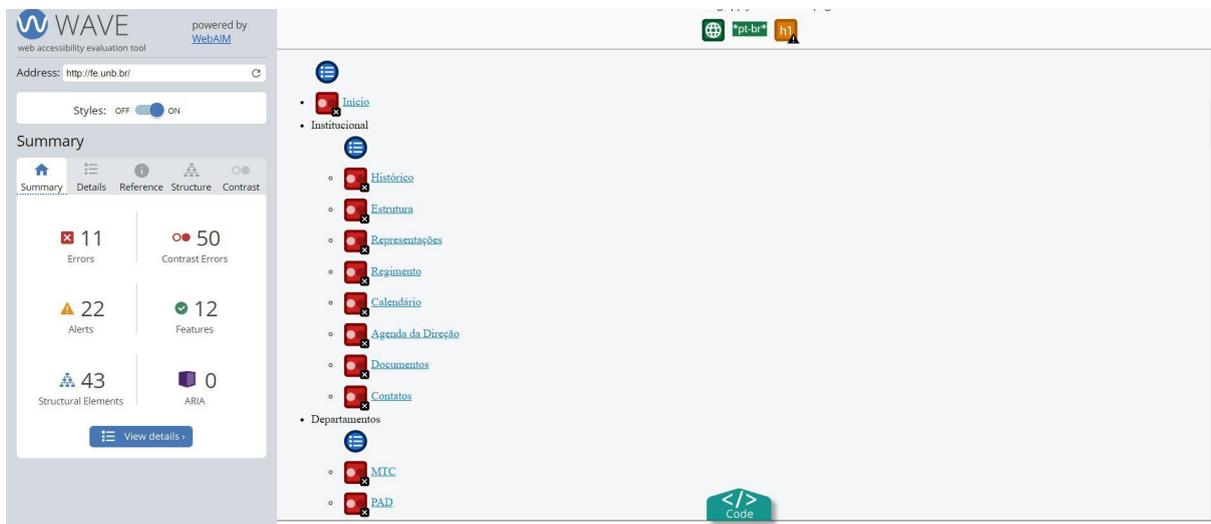
Figura 1 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1



Fonte: Relatório WAVE (2022)

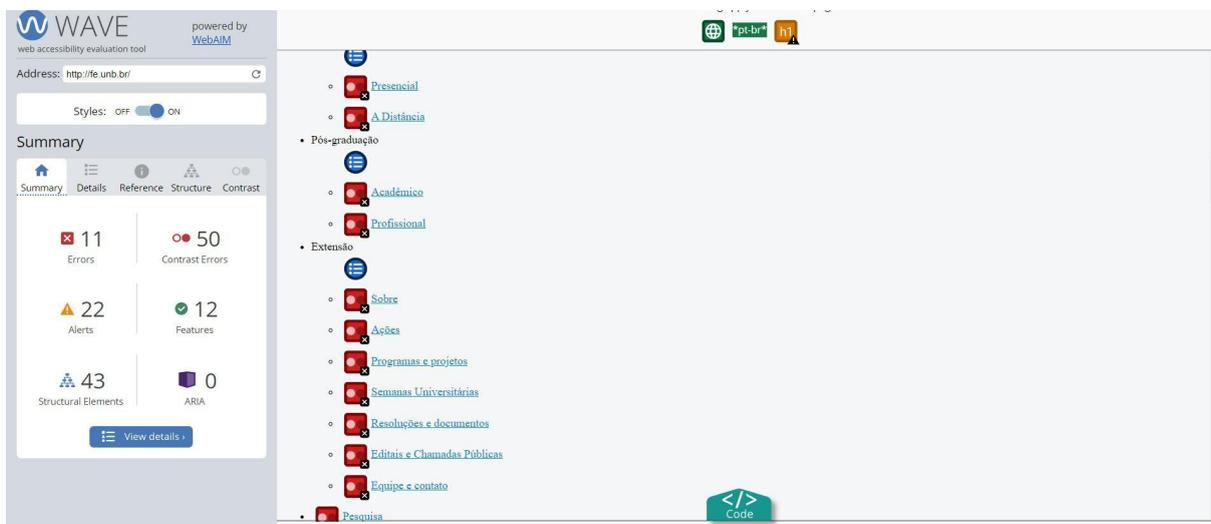
- Em seguida a estrutura do menu principal se divide em itens e subitens de modo que quando um item recebe clique do cursor, revela os subitens. Não foi possível acessar esses subitens pelo teclado, o que inviabiliza a navegação por toda a estrutura do portal;
- Todos os itens e subitens presentes no menu possuem um contraste inadequado entre a cor da fonte e do fundo;

Figura 2 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1



Fonte: Relatório WAVE (2022)

Figura 3 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1

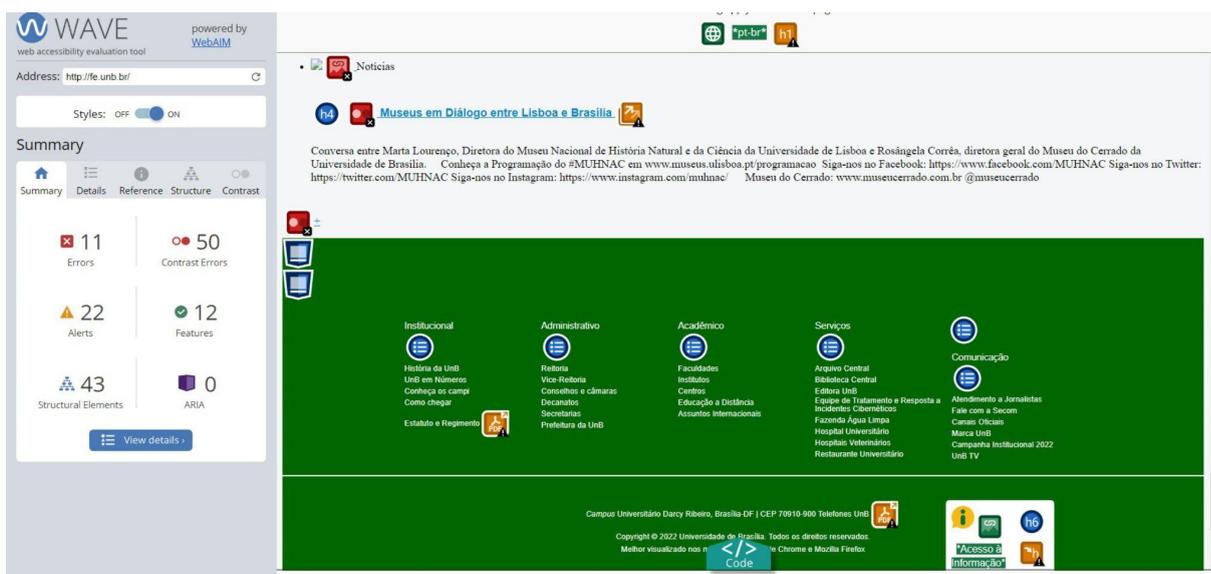


Fonte: Relatório WAVE (2022)

- Na área final da página com fundo verde, o ícone decorativo de acesso à informação aparece incorretamente programado como HTML e sua descrição traz informações repetidas para o usuário, como exemplo o leitor de tela identificaria a leitura da seguinte forma: “acesso à informação acesso à informação”;

- Acesso à informação está programado como título de nível 6 (h6), porém o título anterior era de nível 4. É recomendado que não se pule hierarquia de títulos na estrutura de uma página para não dificultar a orientação do usuário
- Ainda na área de Acesso à Informação, o *link* que direciona para essa página é repetido logo em seguida, podendo trazer confusão ao usuário

Figura 4 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1



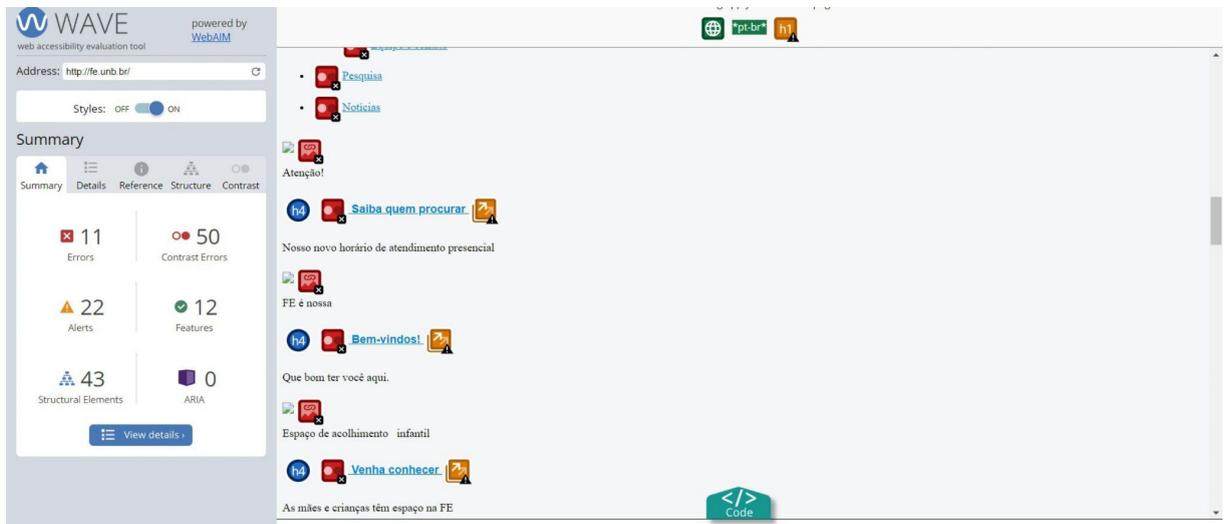
Fonte: Relatório WAVE (2022)

Apontamentos relativos à acessibilidade da página inicial

- O banner principal da página está configurado como nível de título quatro (h4) e apresenta uma estrutura de carrossel com rolagem automática das imagens. Essa automatização na mudança de um conteúdo pode interromper o leitor de tela, comprometendo o entendimento do conteúdo;
- As imagens expostas no *banner* não possuem descrição, informações visuais precisam de uma alternativa em texto;
- Ainda no banner, o validador acusou baixo contraste no texto presente na arte do título Saiba quem Procurar;
- Todas as abas do *banner* apresentam dois *links* que encaminham para mesma página, um presente na imagem e outro no texto ao lado. Isso pode gerar confusão ao navegar pelo uso de certos recursos, primeiro por não dar informações suficientes sobre a

imagem e segundo por o usuário precisar passar duas vezes pelo mesmo link para prosseguir para outros conteúdos;

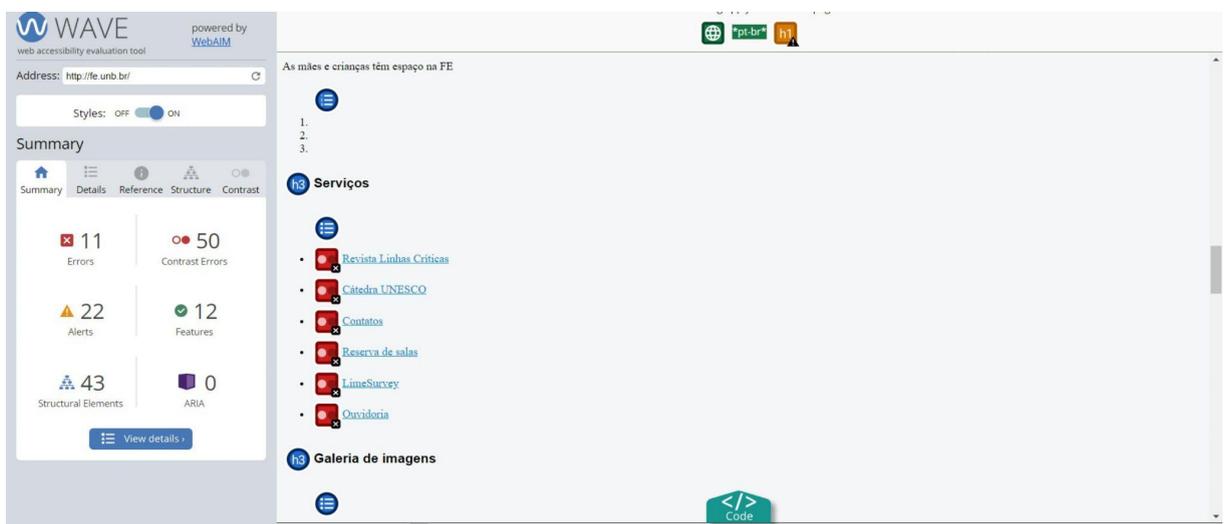
Figura 5 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- No título Serviços, todos os itens possuem contraste insuficiente entre a fonte e o fundo

Figura 6 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1

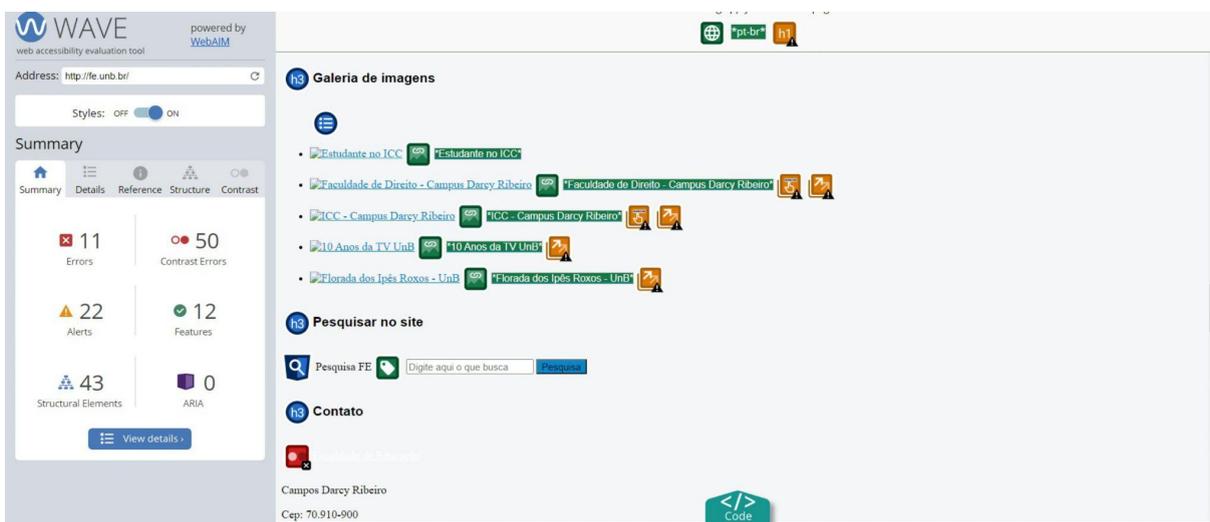


Fonte: Relatório WAVE (2022)

- Título Galeria de imagens é identificada mais uma vez rolagem automática de conteúdo;

- Em Galeria de imagens, os textos alternativos referente às fotos apresentadas são inadequados, pois apenas repetem o título de cada figura, o que além de dificultar a navegação, impossibilita a identificação dessas imagens por não trazer uma descrição que traduza com eficiência o conteúdo imagético para texto;
- Os textos presentes no título Contato possui contraste inferior ao recomendado entre fonte e fundo;
- A etiqueta que identifica o campo de pesquisa no site não está posicionada imediatamente antes do campo de digitação, ao navegar pelo teclado pode atrasar ou impossibilitar o encontro do campo para escrever o conteúdo da pesquisa;

Figura 7 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1

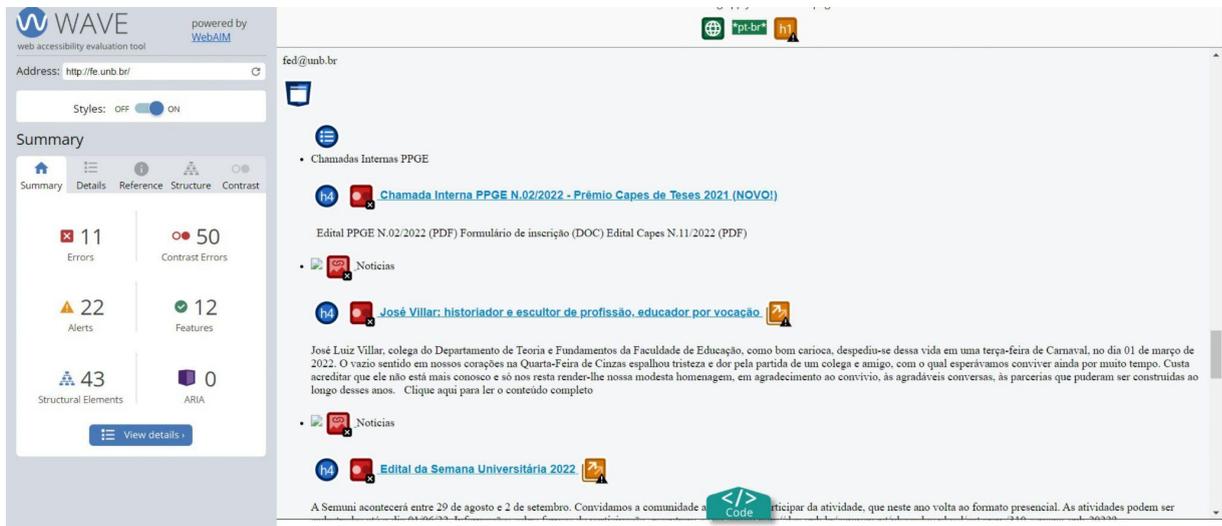


Fonte: Relatório WAVE (2022)

- A área de notícias possui uma estrutura em que cada notícia se comporta como um título diferente, ao invés de serem todas integrantes de um mesmo título chamado Notícias. Isso pode tornar difícil a navegação por teclado, pois o usuário precisa passar por todas as notícias mesmo que não busque uma;
- Todas as notícias apresentam baixo contraste entre fonte e fundo, nenhuma imagem possui atributo alternativo para descrição e todas apresentam *links* repetidos nas imagens e nos textos;
- Ao longo do conteúdo da página são utilizadas siglas referentes aos inúmeros órgãos e departamentos da Universidade e específicos da Faculdade de Educação. Para questão

de compreensão, é necessário referenciar e apresentar alternativas para os usuários que desconhecem o significado das siglas;

Figura 8 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 1



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- O botão para ler mais, representado com símbolo + possui contraste insuficiente com o fundo, além de não apresentar nenhuma informação a respeito de sua funcionalidade, isso pode gerar dificuldades para usuários que busquem por mais leituras.

Grupo 2 - Blocos de Conteúdo

Link representante - Pós-Graduação Profissional:

<http://fe.unb.br/index.php/pos-grad/home-ppgemp>

Pontuação: 5.5

Tabela 3 - Avaliação *Access Monitor* Pós-Graduação Profissional

Nível	Aceitáveis	Não aceitáveis	À verificar
A	5	6	2
AA	0	2	0
AAA	0	0	3
Total	5	8	5

Fonte: Relatório *Access Monitor* (2022)

- A exemplo do grupo 1, a página não apresenta *links* para pular blocos de conteúdo;
- A página não apresenta hierarquia correta de títulos, por não apresentar título de nível 1 (h1);
- A estrutura de navegação não apresenta uma lógica estabelecida, apresentando todas as seções sem divisão e como conteúdo corrido; subtítulos não possuem identificação e nem estão vinculados aos blocos de conteúdo aos quais se referem, essa estrutura dificulta a navegação na página;
- O relatório do validador WAVE chamou atenção para uma característica dos textos da página da seguinte forma: grandes blocos de texto justificado podem atrapalhar o processo de leitura, por apresentar irregularidades nos espaçamentos entre palavras, com grandes blocos de texto próximos intercalados com espaços em branco significativos;
- Os subtítulos e textos referentes “Sobre o Programa; Perfil do Egresso; Estrutura curricular” apresentam contraste insuficiente entre a fonte e fundo;

Figura 9 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 2



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- Os itens “Objetivo Geral; Objetivos Específicos” estão configurados de maneira confusa, parecem desempenhar a função de títulos ou subtítulos, mas estão identificados como duas listas com um só item cada;

Figura 10 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 2



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- O texto referente ao subtítulo “Perfil do Egresso” apresentam uma lista em ordem alfabética, porém no código do site o texto não está configurado como lista, com o potencial de dificultar a navegação entre itens e o entendimento da lista;

Figura 11 - Captura da tela do validador Wave referente ao *link* representante do grupo 2



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- Entre o texto e a tabela referentes a “Componentes Curriculares” o recurso de pular linha é utilizado três vezes seguidas, pular linha é importante para a divisão visual do texto, porém pular mais de uma pode ocasionar em um prejuízo na dinâmica de leitura pois o leitor de tela fará o reconhecimento repetidas vezes de um parágrafo vazio;
- Na área de “Componentes Curriculares” há uma tabela, apresentada como uma imagem, isso impossibilita a identificação por qualquer *software* leitor de tela, além da tabela necessitar de uma descrição específica para ordem de leitura e descrição de elementos, para ilustração desse fato será apresentada uma captura de tela de como a tabela é visualizada no *site* e como aparece para o validador.

Figura 12 - Captura da tela do Portal da FE referente ao *link* Pós-Graduação Profissional

Atividades Programadas: 2 créditos em cada semestre (que deverão ser ofertadas no primeiro e segundo semestres do Curso).

Duas disciplinas obrigatórias das áreas de concentração 28,57% dos créditos do Curso

- Estado, Educação e Políticas públicas (A) 4 créditos.
- Processos formativos e profissionalidade (B) 4 créditos.

O aluno deverá cursar, pelo menos, quatro disciplinas optativas: 42,85% do curso.
Trabalho de conclusão final de curso.

Componentes curriculares	Total de créditos	Percentual
Duas disciplinas obrigatórias do tronco comum. Sendo Pesquisa Aplicada à Educação e 1 disciplina obrigatória da área de concentração escolhida pelo estudante.	8	28,57%
Quatro disciplinas optativas do Programa e/ou de outros Programas de Pós-graduação; Publicação de artigos periódico científico classificado no nível B3, ou superior, no Sistema Qualis da CAPES Revistas Nacionais ou Internacionais, bem como publicação de capítulo de livro ou livro nos estratos L3 e L4 do Qualis/Livros ou em editoras em padrões internacionais; Apresentação de trabalhos completos em eventos Nacionais ou Internacionais, fora da região. Minicurso de extensão com mínimo 30 horas, aprovado pelo DEX/UnB; Participação em estágios internacionais de, no mínimo, 1 mês; Monitoria II em disciplina de graduação ou pós-graduação, sob supervisão do orientador.	16 por cursar as 4 disciplinas ou completar os 16 créditos participando das atividades a seguir: 2 créditos por cada publicação ou 2 créditos por cada apresentação ou 2 créditos aprovados pelo DEX/UnB ou 4 créditos Estágio internacional ou 2 créditos para Monitoria II	57,15%
Atividades programadas em pesquisa	4	14,28%
Trabalho de Conclusão Final de Curso	-	-
TOTAL	28	100%

Fonte: Portal da Faculdade de Educação (UnB)

Figura 13 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 2

The following apply to the entire page:

• Estado, Educação e Políticas públicas (A) 4 créditos.
• Processos formativos e profissionalidade (B) 4 créditos.

O aluno deverá cursar, pelo menos, quatro disciplinas optativas: 42,85% do curso.
Trabalho de conclusão final de curso.

estrutura curricular "estrutura curricular"

• 25/07/2019

Institucional Administrativo Acadêmico Code Serviços

Fonte: Relatório WAVE (2022)

Grupo 3 - Conteúdo Interativo

Link representante: Editais e chamadas Públicas:

<http://fe.unb.br/index.php/extensao/editais-e-chamadas-publicas-da-extesao>

Pontuação: 5

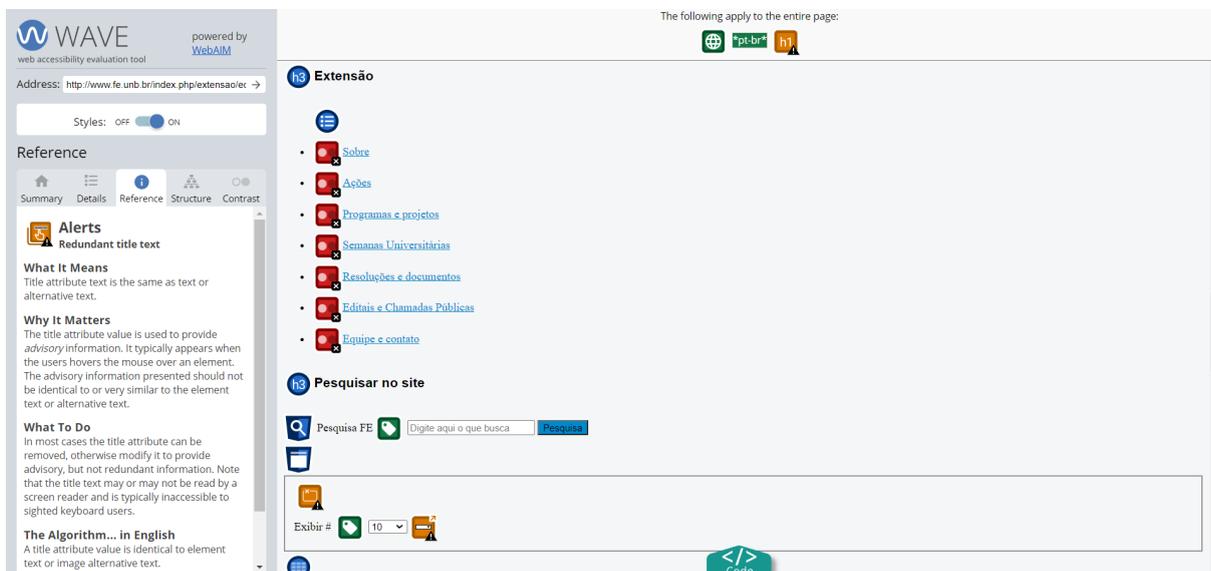
Tabela 4 - Avaliação *Access Monitor* Extensão/Editais e Chamadas Publicadas

Nível	Aceitáveis	Não aceitáveis	À verificar
A	5	7	2
AA	0	2	0
AAA	0	0	2
Total	5	9	4

Fonte: Relatório *Access Monitor* (2022)

- Não é possível pular o menu principal e nem blocos repetitivos de conteúdo;
- O menu lateral “Extensão”, assim como os outros grupos possui contraste inferior ao recomendado entre fonte e fundo;
- O campo de pesquisa não possui uma etiqueta diretamente relacionada para identificar a funcionalidade campo de digitação;
- O botão que define o número de linhas exibidas não possui descrição, o que pode confundir o usuário sobre a função do botão, além de ser um botão retrátil, isso pode dificultar a usabilidade e identificação dos editais e chamadas;

Figura 14 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 3



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- O conteúdo da tabela está em uma cor que não alcança o contraste mínimo recomendado;
- Os botões do cabeçalho da tabela “Título; Data de publicação; Autor; Acessos” tem a função de reordenar a lista de editais, não possuem descrição para funcionalidade, o que pode confundir o usuário;
- Para saber mais sobre um edital, basta clicar no link com o nome do edital específico, porém essa função não é explicada antes da tabela, nem nas descrições dos links;

Grupo 4 - Contatos

Link representante - Contatos: <http://fe.unb.br/index.php/contatos-institucional>

Pontuação: 4.9

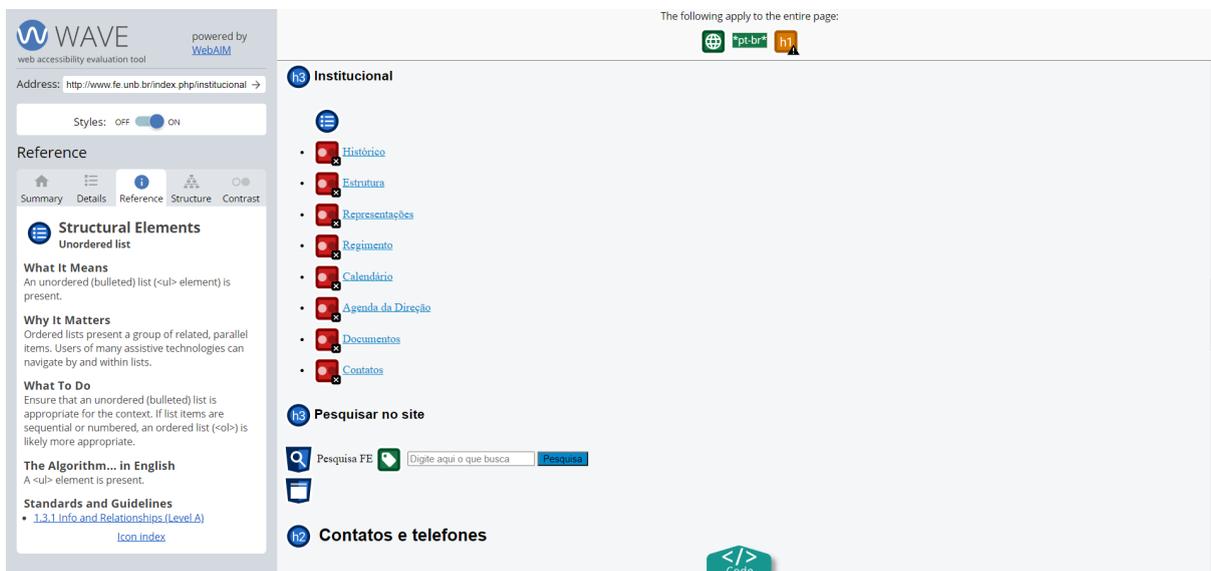
Tabela 5 - Avaliação *Access Monitor* Institucional/Contatos

Nível	Aceitáveis	Não aceitáveis	À verificar
A	5	9	2
AA	0	2	1
AAA	0	0	2
Total	5	11	5

Fonte: Relatório *Access Monitor* (2022)

- O primeiro link não permite pular para o conteúdo e blocos repetitivos de conteúdo;
- O menu lateral apresenta não o contraste mínimo recomendado;
- O campo de pesquisa não possui uma etiqueta diretamente relacionada para identificar a funcionalidade campo de digitação;
- Há uma lista perceptível somente na código de programação da página, com apenas um item, que referencia uma data, 16/01/2019, o leitor de tela identifica esse conteúdo, provavelmente um conteúdo que deveria estar visível também no *layout* da página;

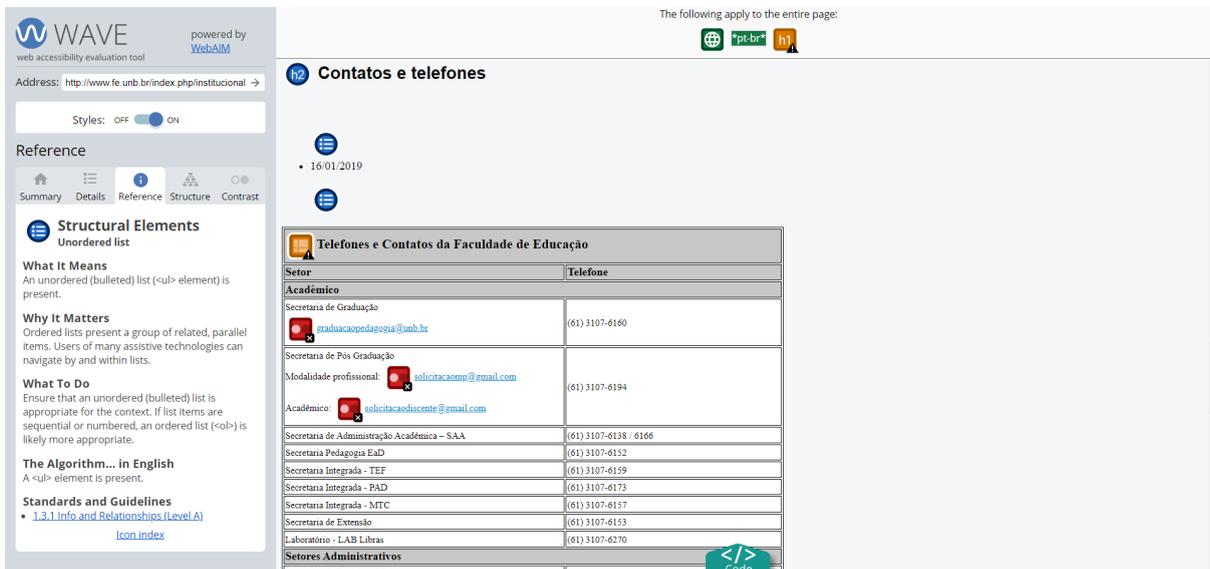
Figura 17 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 4



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- Uma só tabela é utilizada para divulgar contatos e informações sobre diferentes setores e assuntos: “Acadêmico; Setores Administrativos; Outros - FE; Informações”, isso pode dificultar a busca por telefones ou *e-mails* específicos;
- Esse tipo formato de representação não se adequa corretamente ao tipo de conteúdo, são duas colunas para três tipos de informação, nome do setor, e-mail e telefone, é mais recomendado nesse caso utilizar outra forma de representação, como uma lista diferente para cada setor, isso facilita a orientação ao longo de um número grande de contatos;

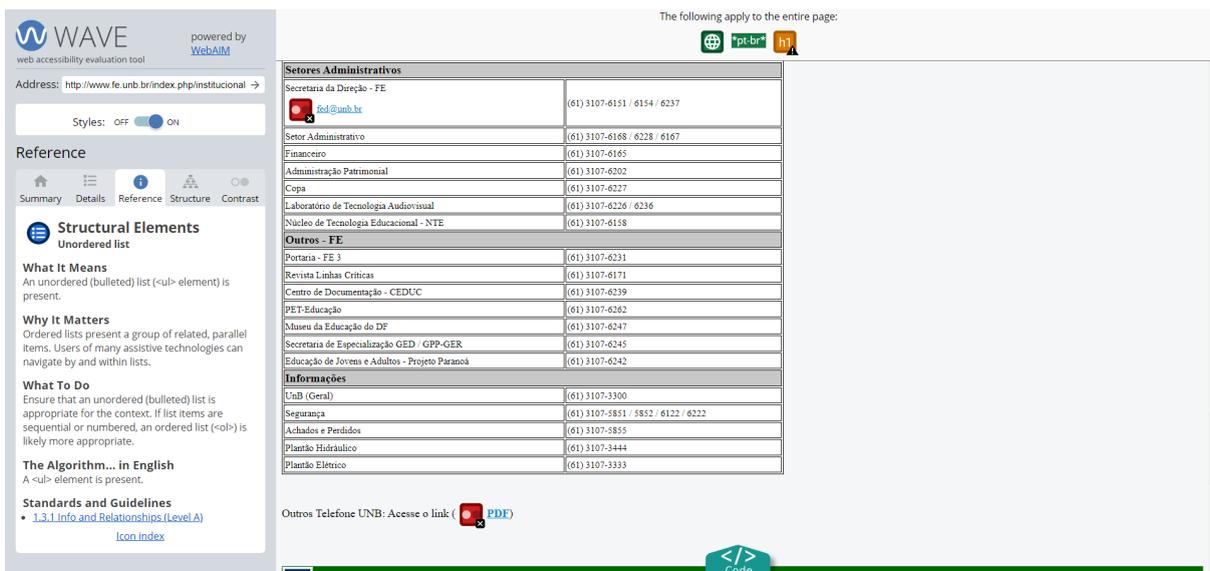
Figura 18 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 4



Fonte: Relatório WAVE (2022)

- Os e-mails referenciados na tabela não possuem contraste suficiente entre fonte e fundo;
- O link ao fim da tabela que encaminha para um PDF com mais contatos está quebrado.

Figura 19 - Captura da tela do validador Wave referente ao link representante do grupo 4



Fonte: Relatório WAVE (2022)

A partir dos dados gerados nesse processo de análise serviram para no próximo capítulo trazer uma série de sugestões em formato de lista que visam a melhoria de aspectos relacionados à Percepção, Operabilidade, Compreensão e Robustez do Portal da FE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo geral proposto, definido como produzir parecer técnico a respeito da acessibilidade do site da Faculdade de Educação para responder como esse site se constitui em termos de acessibilidade. Foi necessário a aplicação dos seguintes objetivos específicos: dividir em categorias os links com estruturas semelhantes, fazer uma análise detalhada a respeito da navegabilidade do *site*, utilizar validadores automáticos para encontrar inconformidades com o WCAG 2.1 e elaborar um *checklist* com sugestões para tornar o site mais acessível.

Como resultado dessa pesquisa foram elaboradas sugestões que podem contribuir com a melhoria da acessibilidade no Portal da FE. Para melhor organização, os apontamentos foram organizados em formato de lista. Vale destacar que para a aplicação dessas melhorias, é necessária a contribuição de profissionais com formações e conhecimentos interdisciplinares, com intervenções na estrutura do *site* e nos diversos formatos de conteúdo apresentados ao longo das páginas. Porém se a acessibilidade for considerada para pessoas com e sem deficiência a partir do início do processo de elaboração da estrutura e dos conteúdos, o trabalho é reduzido e pode ser executado com maior eficiência. O retrabalho de adaptar um material, um serviço, uma edificação pode ser substituído a partir da mudança da perspectiva sobre acessibilidade, desde a fase de planejamento de um projeto.

Parte da equipe responsável por um projeto precisa ter a responsabilidade de aplicar o Desenho Universal, proporcionar que pessoas com e sem deficiência possam avaliar para fazer sugestões e garantir que periodicamente sejam feitas atualizações que acompanhem os avanços na tecnologia com o intuito de proporcionar acesso a maior diversidade possível de indivíduos, que têm o direito de ocupar quaisquer espaços sociais, físicos e virtuais com dignidade e segurança.

Para aplicação das sugestões no *site* da FE, atualizações ou futuras pesquisas, recomenda-se elaborar e aplicar questionário com espaço para respostas argumentativas a um grupo com diferentes deficiências e diferentes graus de conhecimento em navegar na *internet*.

A participação de um grupo diverso para avaliação e sugestões de melhorias funciona como complemento para as etapas de avaliação detalhada de navegação e aos relatórios gerados por validadores automáticos de acessibilidade.

Sugestões de melhoria

- A. Adicionar como primeiro item da página um *link* que permita o usuário saltar diretamente para o conteúdo e *links* que permitam saltar outros blocos repetitivos de conteúdo, o que permite o usuário navegar com melhor fluidez por uma página que já está familiarizado ou encontrar um assunto específico no portal;
- B. Atentar-se para a organização e hierarquia de títulos (h1, h2 etc) presentes no *site* com o intuito de direcionar o usuário pela navegação e sugerir uma ordem adequada para navegação entre as seções do *site*;
- C. Apresentar alternativas para o entendimento da estrutura do *site*, como explicação equivalente em LIBRAS;
- D. Utilizar HTML para conteúdos importantes para navegação do usuário, como textos, imagens, fotos e CSS para definir imagens ou ícones puramente decorativos;
- E. Não definir o tamanho dos elementos em valores absolutos e sim com porcentagem, para não prejudicar ampliação;
- F. Adicionar atributo alternativo a todas as imagens do portal com a descrição feita de modo adequado a traduzir o conteúdo da imagem para texto;
- G. Qualquer conteúdo multimídia presente ou referenciado precisa ter alternativas para acesso, como janela de LIBRAS, audiodescrição, legendagem e linguagem simples;
- H. Qualquer documento em texto como PDF, Docx, devem estar em formato acessível para ampliação, leitores de tela e com alternativa para janela de LIBRAS;
- I. Apresentar orientação por meio de programação para a ordem de tabelas com mais de duas colunas e apresentar alternativas para descrever o conteúdo da tabela;
- J. Atentar-se para o contraste entre imagens, textos e o fundo, sendo o mínimo 4.5:1, exceto para texto em tamanho grande que deve ser de 3:1 ou logotipos que não se aplicam a esse requisito, é possível avaliar o contraste por meio de validadores ou outros *softwares*;
- K. Estruturar a página para que seja possível navegação por diferentes meios, cursor do *mouse*, teclado por meio da tecla TAB ou outros comandos desde que identificados ou por meio de gestos;
- L. Organizar o menu de modo que todas as opções sejam selecionáveis;
- M. Não utilizar mídias e conteúdos baseados em tempo, como *banners* que mudam automaticamente, se for o caso possibilitar que se desligue essa função;
- N. Identificar *links* com um atributo de título que possibilite a identificação do destino ou função ou que seja possível identificar pelo contexto imediato;
- O. Apresentar alternativas para identificação do significado de siglas presente nas páginas;

- P. Adicionar etiqueta de identificação imediatamente antes de um campo de digitação, seja para pesquisa, *login*, envio de sugestão etc:
- Q. Evitar o uso de tabelas para representação de conteúdos e quando inevitável, apresentar orientações por meio de programação para ordem de leitura e alternativa para o acesso para o conteúdo.

PARTE III

PERSPECTIVAS FUTURAS

Como pessoa com deficiência pretendo seguir no meio acadêmico ao entrar em um mestrado, ou outras oportunidades de frequentar esses ambientes, em busca de estar em contato com novas e diferentes perspectivas sobre acessibilidade e inclusão. Em paralelo, quero permear o campo profissional da cultura com o objetivo de compartilhar e difundir conceitos e práticas mais inclusivas, tudo isso em uma perspectiva de responsabilidade social, em busca de auxiliar na tarefa tornar a universidade um ambiente mais acessível para pessoas com e sem deficiência.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Lídia Costa de; ZARDO, Sinara Pollom. **A Acessibilidade como Direito Humano para as Pessoas com Deficiência**. In: ANDHEP, 10. 2018 Piauí. Anais eletrônicos [...] Piauí: UESPI, 2018. p. 99 - 111. Disponível em: http://www.andhep2018.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=14. Acesso em: 14 fev. 2022.

BITENCOURT, G. S; SOUZA, R. A. **”Perspectiva dos Estudantes com Deficiência Visual do Ensino Médio do Distrito Federal Sobre Recursos e Serviços de Acessibilidade”**. In: Inclusão escolar de jovens com deficiência visual no ensino médio do Distrito Federal. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. p. 129 - 150.

BOMENY, Helena. **Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos – 1986-2016, nov-2016 Brasília, p. 1003 - 1028. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0009>. Acesso em 14 mar. 2022.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em 23 ago. 2021.

_____. Decreto Legislativo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 23 ago. 2021.

_____. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 mar. 2021.

_____. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 mar. 2021.

_____. Decreto-Lei nº 70.728, de 19 de junho de 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70728-19-junho-1972-419429-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 23 mar. 2021.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 21 mar. 2021.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 24 ago. 2021.

Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em 03 mai. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução Nº 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 08 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução Nº 2, DE 1º de julho DE 2015. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 08 abr. 2022.

DINIZ, Débora. **Modelo social de deficiência: a crítica feminista**. Brasília: Série Anis 28, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. SUR Revista Internacional de Direitos Humanos. Volume 6, Nº 11, dez-2009, p. 65-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em 01 fev. 2022.

FLOR, Carla da Silva; VANZIN, Tarcisio; ULBRICHT, Vânia. **Recomendações da Wcag 2.0 (2008) e a acessibilidade de surdos em conteúdos da Web**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 19, n. 02, p. 161-168, ago. 2013. Disponível em
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200002&lng=p t&nrm=iso. acessos em 09 fev. 2022.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: Uma Análise Antropológica de Experiências Narrativas e Observações Sobre Violências Contra Mulheres com Deficiência**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:
<https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Dissertação-mestrado-A5-Anahi-G-Mello.pdf>. acesso em: 11 mar. 2022.

MEYER, Anne; ROSE, David H; GORDON, David. **Universal design for learning: Theory and Practice**. Wakefield, MA. CAST, 2014. Disponível em: <http://udltheorypractice.cast.org/login> . Acesso em 20 ago. 2021.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi e CONFORTO, Debora. **A equidade da formação docente na modalidade a distância**. Educação. Porto Alegre [online]. 2017, vol.40, n.2, p.240-249. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822017000200240&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 02 fev. 2022.

SOUZA, Napoliana; CARDOSO, Eduardo; PERRY, Gabriela Trindade. **Limitações da Avaliação Automatizada de Acessibilidade em uma Plataforma de MOOCS: Estudo de Caso de uma Plataforma Brasileira**. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 25, n. 4, p. 603-616, out. 2019 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400603&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 08 fev. 2022.

SOUZA R. A. ; ZARDO, S. P. ; ALENCAR, L. C. ; JESUS, L. S. ; BITENCOURT, G. S. **Acessibilidade e Direitos Humanos: A Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual na Universidade de Brasília**. In: ANDHEP, 10. 2018 Piauí. Anais eletrônicos [...] Piauí: UESPI , 2018. p. 37 - 50.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de assuntos Comunitários, Diretoria de Acessibilidade; Centro de Educação a distância. **Orientações para a Promoção da Acessibilidade no Ensino Remoto**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://cead.unb.br/guiadeacessibilidade/2-publicacoes/326-download-guia>. Acesso em 07 fev. 2022.

_____. Estatuto e Regimento Geral. Brasília, 2019. Disponível em: https://unb.br/images/Noticias/2021/Documentos/regimento_interno_UnB_web2b.pdf. Acesso em 20 mar. 2022.

_____. Faculdade de Educação. Regimento do Núcleo Docente Estruturante. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/images/Graduacao/Presencial/docs/regimento-nde.pdf>. Acesso em 06 mar. 2022.

_____. Faculdade de Educação. Resolução do Conselho Universitário nº 0064/2021: Regimento Interno da Faculdade de Educação. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.fe.unb.br/images/institucional/regimento/Regimento_Interno_da_FE.pdf. Acesso em 24 mar. 2022.

_____. Faculdade de Educação. Brasília, c2022. Disponível em:
[http://www.fe.unb.br/index.php/199-graduacao/graduacao-graduacao-presencial/104-nde-nucl-
eo-docente-estruturante](http://www.fe.unb.br/index.php/199-graduacao/graduacao-graduacao-presencial/104-nde-nucl-
eo-docente-estruturante). Acesso em 19 ago. 2021.

_____. Faculdade de Educação. Projeto Político Pedagógico de Curso de Pedagogia - Diurno, Brasília, 2018. Disponível em:
http://www.fe.unb.br/images/Graduacao/Presencial/docs/PPP_PEDAGOGIA_DIURNO_05_07_2018_versao_final.pdf. Acesso em 04 abr. 2022.

W3C. **Cartilha acessibilidade na Web [livro eletrônico]: Fascículo I: Introdução**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em:
<https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

_____. **Cartilha acessibilidade na Web [livro eletrônico]: Fascículo II: Benefícios, legislação e diretrizes da acessibilidade na Web**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em:
<https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-II.html> . Acesso em 13 abr. 2022.

_____. **Cartilha acessibilidade na Web [livro eletrônico]: Fascículo III: Conhecendo o público-alvo da acessibilidade na web**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em:
<https://www.w3c.br/Materiais/materiais/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-III.html> . Acesso em 13 abr. 2022.

_____. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em:
<https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag21-pt-BR/>. Acesso em 02 ago. 2021

ZARDO, S. P. ; GUIMARÃES, A. S. ; OCTACÍLIO, M. C. V. ; MOTA, A. M. C. ; GOMES, C. A. L. ; BITENCOURT, G. S. **Apoio Especializado para estudantes com deficiência visual em tempos de pandemia**. In: Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação (online). Rio de Janeiro: 2020, v.5, n.especial, p. 110 - 112.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar**. Educação Unisinos. 22(2):147-155. Rio Grande do Sul, abril-junho 2018. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207> . Acesso em 07 fev. 2022

Anexo 2 - Relatório de práticas de acessibilidade Access Monitor Grupo 2

accessMonitor versão 2.1

Relatório de práticas de acessibilidade Web WCAG 2.1 da W3C

Sumário

5.5 Pontuação

553 Elementos HTML

115 KB Tamanho do arquivo

Severidade	A	AA	AAA
Criticas	5	0	0
Erros	5	2	1
Alertas	8	1	0
Total	13	2	0

Avaliação

Prática e descrição	Atual	Requerido
Critica 1 - 1.1.1 - Cabeçalho e título - Cada página ou seção deve ter um cabeçalho único. (WCAG 2.1.1) (Severidade: Crítico) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 1 - 1.1.2 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.2) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 2 - 1.1.3 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.3) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 3 - 1.1.4 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.4) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 4 - 1.1.5 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.5) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 5 - 1.1.6 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.6) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 6 - 1.1.7 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.7) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 7 - 1.1.8 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.8) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 8 - 1.1.9 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.9) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 9 - 1.1.10 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.10) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 10 - 1.1.11 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.11) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 11 - 1.1.12 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.12) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 12 - 1.1.13 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.13) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 13 - 1.1.14 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.14) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 14 - 1.1.15 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.15) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 15 - 1.1.16 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.16) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 16 - 1.1.17 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.17) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 17 - 1.1.18 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.18) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A
Alerta 18 - 1.1.19 - Cabeçalho e título - Quando o conteúdo for atualizado, o cabeçalho deve ser atualizado. (WCAG 2.1.19) (Severidade: Aviso) (Requisito: A) (Requisito: AA) (Requisito: AAA)	Atende	A

